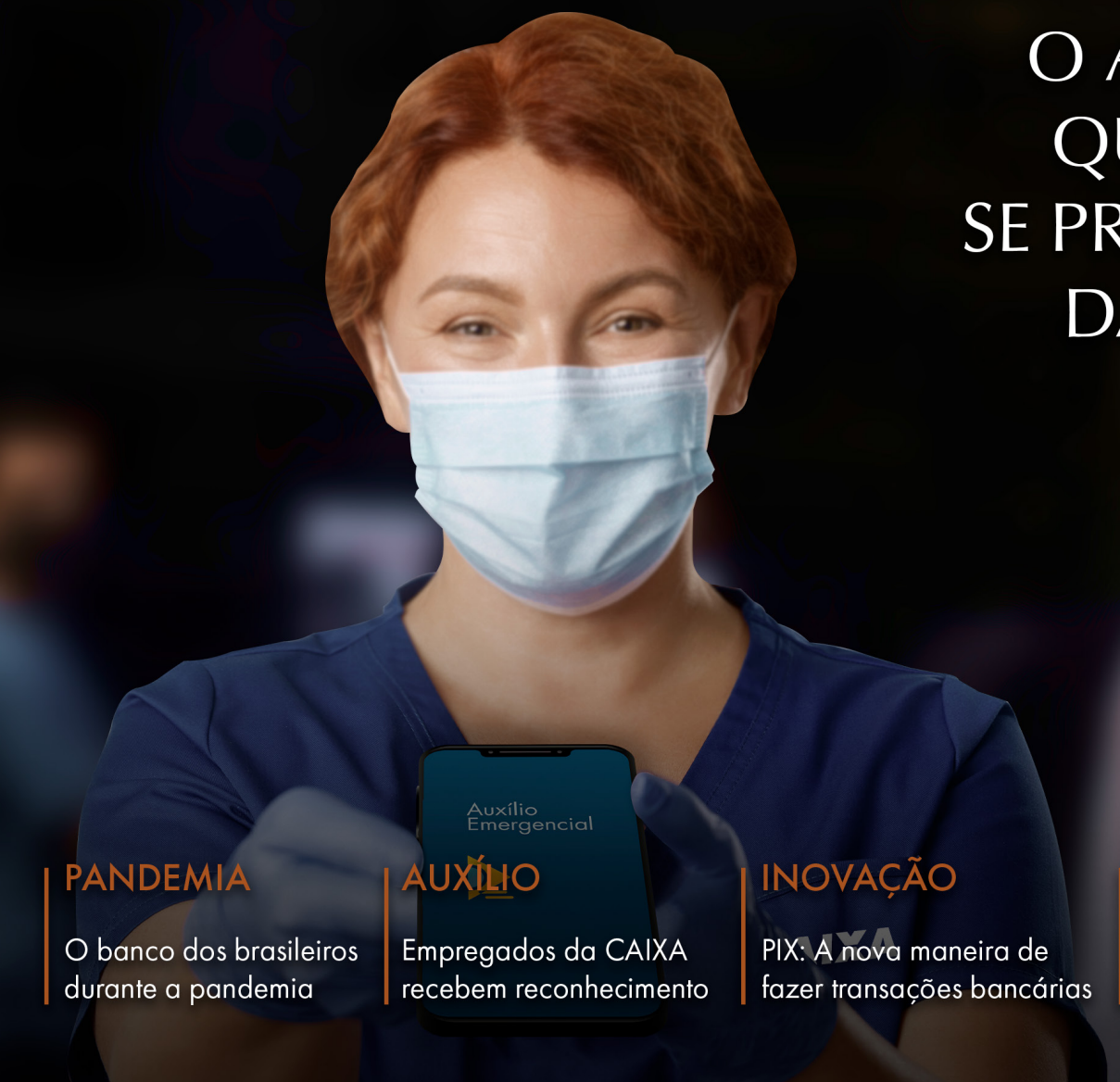
ADVOCACIA CAIXA

Revista da Associação Nacional dos Advogados da Caixa Econômica Federal

Ano 2 | Edição III

2020

O ANO EM QUE MAIS SE PRECISOU DA CAIXA



PANDEMIA

O banco dos brasileiros durante a pandemia

AUXÍLIO

Empregados da CAIXA recebem reconhecimento

INOVAÇÃO

PIX: A nova maneira de fazer transações bancárias

HOMENAGEM

O legado de vidas dedicadas à CAIXA



30% OFF ADICIONAL
EM TODO O SITE DA EBRADI

PÓS-GRADUAÇÃO COM OS MELHORES DO DIREITO

EBRADI | A MAIS NOVA PARCEIRA Advocef
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

USE O CÓDIGO: ADVOCEF30

PÓS-GRADUAÇÃO ONLINE
EM PARCERIA COM O IBDCivil
Advocacia Contratual e Responsabilidade Civil
Gustavo Tepedino

PÓS-GRADUAÇÃO ONLINE
Advocacia Consumerista
Nelson Nery Jr.

PÓS-GRADUAÇÃO ONLINE
Direito Público Aplicado
Nathalia Masson

PÓS-GRADUAÇÃO ONLINE
Advocacia Cível
Humberto Theodoro Jr.

PÓS-GRADUAÇÃO ONLINE
Direito Penal e Processo Penal Aplicados
Guilherme Nucci

PÓS-GRADUAÇÃO ONLINE
Advocacia Tributária
Ives Gandra Martins

PÓS-GRADUAÇÃO ONLINE
Advocacia Empresarial
Marcus Elidius

PÓS-GRADUAÇÃO ONLINE
Advocacia Trabalhista
Pedro Manus

PÓS-GRADUAÇÃO ONLINE
Advocacia do Direito Negocial e Imobiliário
Flávio Tartuce

PÓS-GRADUAÇÃO ONLINE
EM PARCERIA COM O IBDP
Métodos Adequados de Solução de Conflitos
Paulo Henrique Lucon

PÓS-GRADUAÇÃO ONLINE
EM PARCERIA COM O IBDP
Direito Processual Civil Aplicado

PÓS-GRADUAÇÃO ONLINE
Direito de Família e Sucessões
Giselda Hironaka

PÓS-GRADUAÇÃO ONLINE
Advocacia Previdenciária
Wagner Balera
Theodoro Agostinho

PÓS-GRADUAÇÃO ONLINE
Advocacia Empresarial Previdenciária e Previdência Privada

PÓS-GRADUAÇÃO ONLINE
Direito Internacional Aplicado
Flávia Piovesan

WWW.EBRADI.COM.BR

A Revista Advocacia Caixa é uma publicação da Associação Nacional dos Advogados da Caixa Econômica Federal, entidade de classe sediada em Brasília. O periódico tem distribuição gratuita em todo território nacional e não vende assinaturas. A comercialização de espaços publicitários só pode ser realizada por representantes credenciados da Advocef. A publicação não coaduna com práticas ilegais ou ilícitas e recomenda que, em caso de venda de exemplares ou comercialização de espaços publicitários, seja feita denúncia à polícia local e notificação à Advocef.

Seus comentários, críticas e sugestões são fundamentais para uma publicação cada vez melhor. Envie e-mail para comunicacao@advocef.org.br ou carta para o enderço SBS, Quadra 2, Bloco Q, Lote 3, Ed. João Carlos Saad, 5º Andar, salas 510/511 | CEP: 70070-120 | Tel. (61) 3224-3020 / 0800-601-3020. Para sugestões de pauta ou publicação de artigos, envie e-mail para comunicacao@advocef.org.br. O conteúdo será submetido à aprovação da Diretoria Executiva da Advocef.

REVISTA ADVOCACIA CAIXA
Ano 2 | nº 3 | novembro de 2020

DIRETORIA EXECUTIVA DA ADVOCEF
Presidente: Anna Claudia de Vasconcellos Vice-Presidente: Fernando da Silva Abs da Cruz 1º Secretário: Gabriel Augusto Godoy 2º Secretário: Linéia Ferreira Costa 1º Tesoureiro: Duílio José Sanchez Oliveira 2º Tesoureiro: Melissa dos Santos Pinheiro Vassoler Silva

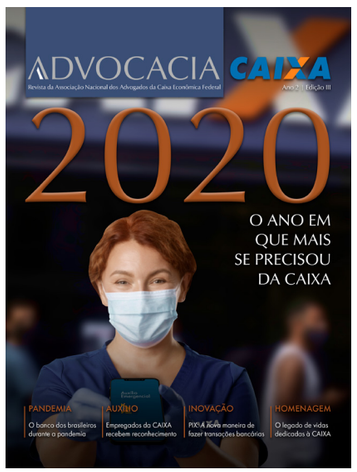
DIRETORES
Relacionamento Institucional: Carlos Alberto Regueira de Castro e Silva Comunicação: Marcelo Dutra Victor Honorários: Marcelo Quevedo Amaral Negociação: Marisa Alvez Dias Menezes Prerrogativas: Sandro Cordeiro Lopes Jurídico: Ricardo Carneiro da Cunha Social: Claudia Elisa Medeiros Teixeira

CONSELHO DELIBERATIVO
1º Titular: Luiz Fernando Padilha 2º Titular: Patrícia Raquel Caires Jost Guadanhim 3º Titular: Renato Luiz Harmi Hino 4º Titular: Roberta Mariana Barros de Aguiar Corrêa 5º Titular: Henrique Chagas 6º Titular: Luiz Fernando Schimidt 7º Titular: Elton Nobre de Oliveira 1º Suplente: Weiquer Delcio Guedes Junior 2º Suplente: Daniele Cristina Alaniz Macedo 3º Suplente: Alfredo Ambrósio Neto

CONSELHO FISCAL
1º Titular: Dione Lima da Silva 2º Titular: Rodrigo Trassi de Araújo 3º Titular: Marcos Nogueira Barcellos 1º Suplente: Edson Pereira da Silva 2º Suplente: Jayme de Azevedo Lima

EDIÇÃO: João Pedro Carvalho
REPORTAGENS: Marciana Alves, Rosi Araújo
DIAGRAMAÇÃO E DIREÇÃO DE ARTE: Gabriel Menezes
ASSISTENTE DE DIAGRAMAÇÃO: Kárita Cecília
IMPRESSÃO: Athalaia Gráfica e Editora Ltda
TIRAGEM: 1,3 mil exemplares

CAPA



PALAVRA DA PRESIDENTE



Foto: Advocef

Nos últimos meses, a humanidade travou uma terrível batalha contra um inimigo invisível que em pouco tempo se espalhou pelo mundo. As medidas de isolamento necessárias para conter o avanço do novo coronavírus evidenciaram problemas sociais no país. Apesar de tudo isso, desde o início da pandemia, testemunhamos ações imediatas da CAIXA para minimizar os impactos da crise.

O maior banco público da América Latina se mostrou ainda mais necessário quando assumiu, sozinho, a desafiadora responsabilidade de pagar o auxílio emergencial para mais de 67 milhões de pessoas, missão que contou, ainda, com a maior inclusão bancária e digital da história do Brasil, além de avanços tecnológicos em tempo recorde. Esse protagonismo contribuiu para reforçar a convicção dos brasileiros de que a empresa deve se manter 100% pública e sustentável, ideia amplamente defendida pela Advocef.

É impossível falar desse momento histórico sem mencionar o trabalho do pessoal da CAIXA, que atuou na linha de frente para garantir o acesso da população aos recursos emergenciais. Pais, mães, filhos, esposos, irmãos e amigos, que enfrentaram jornadas de trabalho exaustivas sem perder a empatia e a consideração pelo próximo. Nesta edição queremos agradecer, reconhecer e enaltecer esse trabalho. Falando em pessoas que dedicam a vida à CAIXA, quero também mencionar duas grandes figuras com uma história de entrega e comprometimento não apenas com o banco, mas também com a evolução da Advocef. Os amigos Adonias Melo de Cordeiro e José Carlos Pinotti Filho. Ambos concluíram suas jornadas na terra neste ano, mas deixaram, além de muita saudade, ensinamentos sobre amizade, profissionalismo, humildade e alegria que ficarão para sempre em nossos corações e memórias.

A pandemia testou nossa capacidade de adaptação e não foi diferente com a Advocef. O cronograma de eventos para 2020 precisou ser cancelado. Contudo, graças ao suporte tecnológico, uma das missões mais importantes da nossa entidade pôde ser desempenhada: a realização do Ciclo de Palestras. Com o novo formato, nós tivemos a oportunidade de levar conhecimento para além dos muros de nossa entidade via internet e tivemos um feedback muito positivo.

Enquanto associação, nós também fomos testados e concluímos um dos anos mais difíceis da história recente com desafios superados e lições positivas, uma delas é que todos podem contribuir positivamente numa situação adversa. Entre outros pontos, nós contribuímos levando conhecimento, o bem mais precioso que se pode ter. Que no próximo ano possamos estar juntos nas batalhas em prol da nossa categoria, da CAIXA, do Brasil e dos brasileiros! Que venham dias melhores. Sigamos unidos.

Errata:

Na Edição II da revista Advocacia da CAIXA, publicada em 2019, na matéria das páginas 58 e 59, intitulada "Conheça a história do advogado que pilota de parapente", foi dito que o advogado Leonardo Faustino Lima compõe o quadro do Jurídico de Brasília (Jurir-BR), quando na verdade era para ser escrito que ele é Superintendente Nacional do Contencioso (Suten).

SUMÁRIO

ADVOCEF

8 Chapa Advocef em ação é reconduza à Diretoria da entidade para o biênio 2020-2022

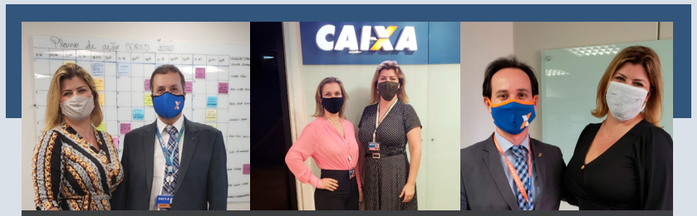
10 Mais de 400 idosos são beneficiados em ação humanitária promovida pela Advocef

14 Com novo formato, Ciclo de Palestras da Advocef leva conhecimento ao público externo

16 Novo ACT garante direitos conquistados e inclui empregados no Saúde CAIXA

18 A busca por equilíbrio ensinada na experiência de home office

19 Conciliação como forma de redução da litigiosidade na CAIXA



12 ADVOCEF
Qualificação do quadro jurídico leva associados à gestão da CAIXA

EVENTOS

20 Participação do "ouro da casa" foi destaque do IV Encontro Técnico da Advocef

22 Advocef registra primeira posse virtual da história

CAIXA

26 Beneficiários do auxílio emergencial reconhecem dedicação dos empregados nas agências da CAIXA

28 Depósitos Judiciais

ESPECIAL

32 "Os bancos públicos são um serviço fundamental para a grande maioria da população", afirma especialista da população", afirma especialista

34 O trabalho das mulheres nas empresas estatais

36 Tecnologia garante atuação do jurídico e viabiliza ações da CAIXA na pandemia



24 CAIXA
O banco dos brasileiros durante a pandemia



30 ESPECIAL
50 dias que marcaram a maior greve do profissionais da CAIXA

GERAL

38 Em ascensão: advogadas comentam participação feminina na gestão da CAIXA

40 PIX: A nova maneira de fazer transações bancárias

42 Advogados da CAIXA se preparam para o pós-pandemia

44 Audiências virtuais surgem como alternativa durante o isolamento social



46 GERAL
O legado de vidas dedicadas à CAIXA



52 ALÉM DO DIREITO

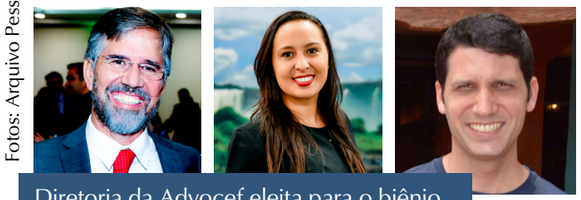
Chapa Advocef em ação é reconduzida à Diretoria da entidade para o biênio 2020-2022

Associados também elegeram membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal por meio de votação eletrônica em março

Foto: Acervo Advocef



Fotos: Arquivo Pessoal



Diretoria da Advocef eleita para o biênio 2020-2022

Mais de 590 associados aptos a votar participaram das eleições 2020 da Advocef. A votação ocorreu de forma eletrônica em 26 de março. O pleito, conforme determina o Estatuto Social da entidade, define a cada dois anos os advogados responsáveis pela associação no próximo biênio.

Com 73,82% dos votos válidos, e 26,8% de votos brancos ou abstenções, a Chapa Advocef em Ação, encabeçada pela atual presidente, Anna Claudia de Vasconcellos, foi reconduzida à Diretoria Executiva da Advocef. Para o vice-presidente da associação, Fernando Abs, a maior demonstração de que a gestão teve aprovação dos filiados é o fato de não ter sido apresentada uma chapa contrária.

"Nós acabamos sendo chapa única e isso, a meu ver, demonstra um reconhecimento por tudo que foi feito em termos de serviços e atuação da gestão em prol da categoria e na defesa da CAIXA 100% Pública e Sustentável", afirma.

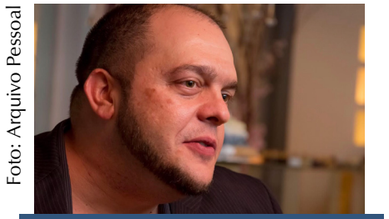
Com relação ao trabalho do biênio anterior, Abs destaca a ampliação da atuação junto ao Legislativo e o Judiciário, que permitiu à Advocef acompanhar de perto a tramitação das pautas mais relevantes para a advocacia estatal e os advogados da CAIXA. O advogado espera que no novo mandato a associação mantenha o bom relacionamento com a Diretoria Jurídica da CAIXA (Dijur) e com as áreas que tratam, principalmente, de recuperação de crédito.

"É importante lembrar que um dos nossos focos é continuar trabalhando em processos que possam reverter em boa recuperação de crédito para a CAIXA e bons honorários para os Advocates", conta o vice-presidente.

Conselho Deliberativo

Além da Diretoria, os associados elegeram os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, que poderiam ser candidatos vinculados às chapas para a Diretoria ou avulsos. Sendo assim, os filiados puderam votar em até sete pessoas. Para compor o Conselho Deliberativo (CD) no biênio 2020-2022, os associados elegeram os seguintes advogados como membros titulares: Luiz Fernando Padilha, Patrícia Raquel Caires Jost Guadanhim, Renato Luiz Harmi Hino, Roberta Mariana Barros de Aguiar Corrêa, Henrique Chagas, Luiz Fernando Schimidt e Elton Nobre de Oliveira. Entre outros pontos, o CD tem a missão analisar e manifestar-se sobre a execução do plano de trabalho anual da Diretoria.

Foto: Arquivo Pessoal



Fernando Padilha, presidente do Conselho Deliberativo da Advocef no biênio 2020-2022

> "Nós acabamos sendo chapa única e isso, a meu ver, demonstra um reconhecimento por tudo que foi feito em termos de serviços e atuação da gestão em prol da categoria e na defesa da CAIXA 100% Pública e Sustentável" – Fernando Abs

Candidato mais votado para o CD, o advogado Luiz Fernando Padilha recebeu 278 votos e foi indicado à presidência do Conselho pelos demais conselheiros. Ele classifica a participação no CD como "uma grande honra e um grande aprendizado", da mesma forma que é fazer parte da advocacia da CAIXA e da Advocef. O advogado lembra que o início do mandato está sendo marcado pelo ano atípico por causa da pandemia e os inúmeros desafios que surgiram com o problema.

"Ainda assim, conseguimos ampliar nosso desempenho e destacar a advocacia da CAIXA na mesma proporção que a própria empresa se destacou ao auxiliar a população num momento tão difícil da nossa história", disse.

Além disso, Padilha chama atenção para a necessidade de constante defesa da CAIXA e das demais empresas estatais. "A atividade bancária não pode se encontrar exclusivamente em mãos privadas, devendo a CAIXA, enquanto um banco público, agir de forma a intervir na atividade financeira do país, para beneficiar a economia e a população brasileira. E nesse sentido, Advocef, através de sua Diretoria e com a ajuda do Conselho Deliberativo, tem atuado junto às outras entidades de empregados da CAIXA para essa mobilização nacional", afirma.

Conselho Fiscal

A composição do Conselho Fiscal (CF) segue a mesma regra do Conselho Deliberativo. Já a função dos conselheiros diz respeito, entre outros pontos, à análise das despesas da associação. Sendo assim, o Estatuto Social da Advocef determina que o CF faça a averiguação contábil da entidade e emita um parecer opinativo sobre o Relatório Anual e a Prestação de Contas da Diretoria, sob o ponto de vista da conformidade formal e o mérito das despesas, a ser submetido à Assembleia Geral.

Para exercer essa função, os associados elegeram os advogados Dione Lima da Silva, que foi escolhido para presidir o Conselho, Rodrigo Trassi de Araújo e Marcos Nogueira Barcellos como titulares. O Estatuto também prevê dois suplentes que serão convocados a participar no caso de ausência, impedimento ou vacância. São eles os advogados: Edson Pereira da Silva e Jayme de Azevedo Lima.



Foto: Acervo Advocef

Dione Lima, presidente do Conselho Fiscal da Advocef no biênio 2020-2022

Mais de 400 idosos são beneficiados em ação humanitária promovida pela Advocef

Foto: Reprodução/Casa Luz do Caminho



Internos da Casa Luz do Caminho participam de atividade lúdica

Entidade arrecadou doação de associados e distribuiu, de forma equitativa, para nove instituições entre os entes federados mais atingidos pela doença no momento da campanha, em março de 2020

Logo que foi registrado o início da evolução nos casos de contágio e morte por Covid-19 no Brasil, a Advocef decidiu ajudar comunidades fragilizadas pelo contexto de pandemia. Em meados de março deste ano, a entidade iniciou uma ação humanitária de arrecadação de fundos para instituições que cuidam de idosos carentes no Ceará (CE), no Distrito Federal (DF), em São Paulo (SP) e no Rio de Janeiro (RJ), estados que no início da campanha eram os mais afetados pelos efeitos do coronavírus.

A mobilização contou com a participação de 245 associados, que arrecadaram, juntos, o total de R$ 26.800 divididos de maneira equitativa entre nove instituições contempladas. Além disso, parte do valor doado pelos advogados também serviu para colaborar com a Campanha "Todos por Todos", de iniciativa do Governo Federal.

Uma das entidades que recebeu a ajuda dos associados foi a Casa Luz do Caminho, instituição beneficente que atende idosos carentes sem filhos ou que tenham sido abandonados por eles. Como explica o diretor-presidente da Casa, Eliomar Rodrigues Pereira, com o agravamento da crise causada pela pandemia, ficou ainda maior a necessidade de a instituição receber doações para honrar os compromissos. Ao agradecer a ajuda que recebeu dos associados, ele lembrou da importância desse tipo de iniciativa em auxílio a instituições beneficentes."No dia 12 de maio de 2020 recebemos a doação da Advocef. A quantia foi providencial frente às inúmeras dificuldades financeiras que sempre enfrentamos. É graças a esse tipo de ação que nós conseguimos atender nossos assistidos com total gratuidade provendo-os em todas as suas necessidades básicas", disse.

> "No dia 12 de maio de 2020 recebemos a doação da Advocef. A quantia foi providencial frente às inúmeras dificuldades financeiras que sempre enfrentamos. É graças a esse tipo de ação que nós conseguimos atender nossos assistidos com total gratuidade provendo-os em todas as suas necessidades básicas" - Eliomar Rodrigues Pereira



Foto: Arquivo Advocef

Claudia Jansen, diretora social da Advocef

Na avaliação da diretora social da Advocef, Claudia Jansen, a promoção de ações assistenciais em momentos delicados já se tornou tradição da entidade. Diante da situação causada pela pandemia, em que idosos estão entre os que compõem grupo de risco, a Diretoria idealizou a campanha operacionalizada por meio de doação em pecúnia para auxiliar abrigos de idosos na compra de material para higienização, entre outros itens.

"A campanha humanitária foi exitosa porque tivemos apoio substancial de grande parte dos associados, por meio de doações cuja adesão se deu pela plataforma digital do site da Advocef, então, em nome da Diretoria eu agradeço a todos que participaram", disse.

A história recente da Advocef também é marcada pela ação humanitária promovida em 2015. Na época a entidade conclamou a participação dos associados para ajudar as vítimas do rompimento de uma barragem de rejeitos da mineradora Samarco, no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, na Região Central de Minas Gerais.

CONHEÇA AS ENTIDADES ALCANÇADAS PELA AÇÃO HUMANITÁRIA DA ADVOCEF



Distrito Federal:

Instituto Integridade - Lar dos Velhinhos
Maria Madelena – 94 idosos
Associação São Vicente de Paulo
- Lar dos Velhinhos – 34 idosas

Fortaleza (CE):

Associação de Assistência Social Catarina Laboure "Casa de Nazaré – 60 idosas
O Lar Três Irmãs: Casa de Amparo ao Idoso – 54 idosos
Campanha Todos por Todos – Governo Federal

São Paulo:

A Mão Branca – 111 idosos.
Casa Luz do Caminho – 20 idosos

Rio de Janeiro:

Instituição Cristã Amor ao Próximo – 46 idosas
Asilo Legião do Bem – 13 idosas
Abrigo do Cristo Redentor – 54 idosos



Qualificação do quadro jurídico leva associados à gestão da CAIXA

Foto: Advocef



Anna Cláudia de Vasconcellos em visitas institucionais Girlana Peixoto, Gilson Santana e Cláudio Gonçalves

Advocef investe em capacitação e amplia possibilidades de diálogo em prol dos interesses da categoria dentro e fora do banco

Quadros de carreira, em especial do setor jurídico da CAIXA, vêm demonstrado expertise e qualificação que contribuem com o crescimento da empresa. Associados da Advocef atuam diariamente desenvolvendo e implementando projetos que contribuem para a consolidação da carreira jurídica e para o fortalecimento institucional da associação. Exemplo disso é a associada Girlana Granja Peixoto, que assumiu a vice-presidência de pessoas da CAIXA (Vipes), em março deste ano. Entre outros pontos, a política de gestão de pessoas atua nas relações de trabalho, na identificação e retenção de talentos, na gestão do desempenho, e na capacitação e desenvolvimento dos empregados.

De acordo com a presidente da Advocef, Anna Claudia de Vasconellos, a entidade busca contribuir - por meio de cursos, palestras, seminários e congressos - para que cada vez mais membros do jurídico assumam setores importantes do banco.

"Além de otimizar as atividades do dia-a-dia, essas medidas também colaboram com os que buscam novos desafios na carreira e trazem resultados positivos para o banco", explica a presidente.

Outro destaque é o advogado Gilson Santana, que está à frente da Diretoria Executiva de Controle Interno (Decoi) e é o vice-presidente Riscos em exercício. Como diretor executivo responsável pela área de controles internos, ele fará a gestão da integridade da CAIXA.

O advogado Cláudio Gonçalves Marques também faz parte do time de associados na gestão da CAIXA. Ele atuou como gerente do Jurídico de Belo Horizonte (Jurir-BH), foi consultor da Diretoria Jurídica (Dijur) e em outubro de 2019 foi designado superintendente nacional da Corregedoria da CAIXA (Cored) após ter sido aprovado em um Processo Seletivo Interno (PSI) para o cargo. O fato de ter associados em diferentes áreas da CAIXA facilita o diálogo na defesa dos interesses dos advogados, como aponta a presidente da Advocef.

"A CAIXA conta com um quadro de excelentes advogados, que estão preocupados em colaborar além da área jurídica do banco. Com esses exemplos fica claro que nossos associados têm muito a colaborar em todo Conglomerado CAIXA, por isso a Advocef investe em capacitação e incentiva os advogados a se especializarem para, sempre que houver interesse, expandirem a atuação na empresa" - Anna Claudia de Vasconcellos

Foto: Arquivo Advocef



Castro em visita institucional com o associado Edson Bernardo à sede da OAB

> "A Advocef investe em capacitação e incentiva os advogados a se especializarem para, sempre que houver interesse, expandirem a atuação na empresa" - Anna Claudia de Vasconcellos

direm a atuação na empresa", afirma, Anna Claudia de Vasconcellos.

Além da CAIXA

A Advocef também atua em prol dos associados que buscam oportunidades na carreira fora da CAIXA, como foi com o advogado Edson Bernardo Andrade de Reis Neto, empossado juiz do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO), em julho deste ano.

"Cada vez mais os nossos associados advogados da CAIXA são cedidos ou alçados a cargos na própria empresa e isso não só fortalece a carreira jurídica dos empregados como também a nossa associação, que tem se tornado atuante na área institucional e tem buscado espaços não só no banco, mas externamente no âmbito do Congresso Nacional e da Justiça como um todo", afirma o Diretor de Relacionamento institucional da Advocef, Carlos Castro.

Em razão da pandemia, a solenidade de posse de Edson Bernardo ocorreu de forma virtual. Mesmo assim, ele recebeu a saudação de boas-vindas de juristas, que destacaram o preparo do advogado e o empenho para alcançar o cargo. Durante a cerimônia, o juiz Marcelo Stival compartilhou a experiência que teve com Edson Bernardo, enquanto atuou como procurador da CAIXA. O jurista conta que recebeu a notícia da nomeação de Edson com muita tranquilidade e alegria porque conhecia o trabalho dele "e sabia da sua grande capacidade técnica e da sua grande vontade de fazer justiça".

"Não obstante a CAIXA ser uma cliente assídua da Justiça Federal, isso não trouxe nenhum espírito de beligerância entre as instituições e eu dou esse crédito à Advocacia da CAIXA que vem sendo exercida no nosso estado e sempre se se pautou como uma parceira da Justiça Federal acima de tudo", disse .

Empossado, o novo juiz do TRE-RO fez questão de agradecer cada pessoa que contribuiu para que ele alcançasse o objetivo profissional, entre as quais destacou a Advocef na pessoa da presidente, Anna Claudia de Vasconcellos, e do diretor de relacionamento institucional, Carlos Castro.

"Alguns homens e mulheres têm o privilégio de salvar vidas, enquanto profissionais de saúde, outros possuem o privilégio de ensinar e mudar vidas. Tenho a convicção de que aqueles que integram a Justiça Eleitoral possuem a possibilidade de mudar a história de uma cidade, a história de um estado e de uma nação inteira. Compreendo a responsabilidade e a dimensão de ser um julgador, a qual exigirá zelo e horas de estudos na busca da melhor decisão. Buscarei honrar esta Justiça e a advocacia", disse Reis.

Natural de Porto Velho (RO), Edson Bernardo Andrade Reis Neto é advogado da CAIXA desde 2005. Mestre em Direito Econômico e Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) ele também é vice-presidente da Comissão de Concursos Públicos da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Rondônia.

Com novo formato, Ciclo de Palestras da Advocef leva conhecimento ao público externo

Foto: Reprodução/internet



Diego Faleck

Foto: Reprodução/internet



Marcelo Sacramone

Evento transmitido ao vivo abrange temas de interesse dos advogados da CAIXA com abordagens interessantes aos demais setores

No início do ano, a Diretoria Executiva da Advocef precisou pausar as edições presenciais do Ciclo de Palestras em razão da pandemia causada pelo novo coronavírus. Porém, a missão de fomentar a capacitação dos advogados continuou e os dirigentes decidiram retomar o evento em um novo formato no segundo semestre. Desde agosto, a entidade promove aulas online, com transmissão ao vivo aberta ao público sobre temas de interesse do quadro jurídico da CAIXA, mas que abrangem a atuação de advogados em diversos setores.

Como aponta o diretor de comunicação da Advocef, Marcelo Dutra, embora o uso das mídias sociais já fosse uma realidade, a associação precisou se adaptar para vencer o desafio de tornar o Ciclo de Palestras e outros cursos, ferramentas de comunicação vibrantes, mesmo online.

"O isolamento não pode ser desculpa para a acomodação, especialmente num cenário de incertezas onde os fatos jurídicos estão borbulhando no curto e médio prazo, sobretudo na vida econômica, a qual a CAIXA é principal ator da promoção da bancarização digital e da distribuição de renda", comenta.

Sendo assim, a iniciativa manteve a promoção de conteúdos de qualidade aos associados, mas também permitiu que outros operadores de direito, estudantes e interessados nos temas pudessem ter acesso em tempo real. Segundo a presidente da Advocef, Anna Claudia de Vasconcellos, dessa forma, a entidade ampliou o alcance do serviço e ofertou ferramentas que podem melhorar a atuação dos profissionais.

"Nós tivemos o cuidado de manter temas de interesse dos associados, mas com abordagens que podem servir para o público externo. Permitir que outras pessoas acessem nossos eventos ao vivo é a forma da Advocef contribuir positivamente nesse momento delicado", diz.

Com o novo formato, após o fim das transmissões, o conteúdo e o material de apoio ficam disponíveis para acesso exclusivo dos associados.

Negociação na prática

As duas primeiras edições do Ciclo de Palestras online trouxeram técnicas e estratégicas sobre a negociação de controvérsias jurídicas na prática. O Núcleo Acadêmico da Advocef apostou na indicação do associado Luiz Dellore e convidou o mediador empresarial e doutor em Direito Diego Faleck, que garantiu a participação e a interatividade dos advogados nas duas edições do evento.

Entre outros pontos, o professor apresentou técnicas de comportamento que podem ser aplicadas na negociação, como, por exemplo, a escuta ativa, a linguagem corporal, como lidar com as emoções, como lidar com o "jogo pesado" e como fazer perguntas.

Na avaliação do associado Everaldo Ashlay, coordenador de Conciliação Judicial e Extrajudicial do Jurídico de São Paulo (Jurir-SP), a primeira edição superou as expectativas. O advogado lembrou que algumas das práticas elencadas pelo professor Faleck são seguidas de forma intuitiva no dia a dia pelos advogados da CAIXA, porém, a exposição contribuirá para aprimorar o desempenho.

"Quando nós rotulamos as ações do dia-a-dia fica mais claro e objetivo para colocar a técnica em prática", comentou.

De acordo com o professor Faleck, a ideia foi falar dos temas de forma que os advogados tivessem ferramentas para colocar em prática no dia a dia e, com uma noção a respeito dos assuntos, pudessem se aprofundar posteriormente.

"Nós debatemos a perspectiva racional da negociação, essa história de você pensar no outro lado para se decidir. Isso é uma grande parte do estudo e aprendemos como as pessoas deveriam se comportar e o que é ser racional dentro da Teoria da Negociação", explicou.

Com uma série de exemplos de caso, o professor Diego Faleck também ensinou os participantes a desenharem uma Árvore de Decisão, que é a representação gráfica das chances e da decisão que é preciso tomar diante de incertezas. Na oportunidade, explicou cada conceito e citou uma série de requisitos que fazem parte do processo, como a necessidade de considerar eventos futuros e importância de da precisão nas avaliações de probabilidades.

Participante dos eventos, a associada Ana Paula Galinatti Schreiber, da Gerência de Atendimento Jurídico (Geaju), concluiu que os exemplos apresentados na segunda edição foram instigantes e, na opinião dela, é preciso implementar a Árvore de Decisão no cotidiano dos advogados da CAIXA.

"Claro, com revisão periódica, já que nossa realidade é diferente do modelo americano (tempo e segurança jurídica). Mas, mesmo assim, vejo espaço para normatização no âmbito da Dijur com auxílio da Vicor", comentou.

Em outubro, a associação promoveu um curso online especial sobre Recuperação Judicial e Extrajudicial com o doutor em Direito Comercial Marcelo Sacramone, também aberto ao público. Nesse curso, os associados inscritos participaram por meio da plataforma Zoom, que simula uma sala de aula e permite interação direta com o professor.

O diretor de comunicação da Advocef, Marcelo Dutra, reforça o modo de funcionamento das palestras. Para ele, com o novo formato, a associação vence, com criatividade, um aparente obstáculo na realização das finalidades sociais.

"Com transmissão ao vivo liberada para o público externo, alcançando os terceirizados, empregados das unidades jurídicas, estagiários e o público em geral, e, após o fim da transmissão, acesso restrito permanente aos associados, que podem assistir novamente e reforçar os conteúdos", conclui.

Novo ACT garante direitos conquistados e inclui empregados no Saúde CAIXA

Diretoria de negociação da Advocef participou das discussões da nova proposta avalia que, apesar de não ser o ideal, o acordo apresentou vitórias

Após uma série de discussões, os empregados da CAIXA aprovaram o novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), que vale de 1º de setembro de 2020 a 31 de agosto de 2022. A Advocef acompanhou o processo de negociação até que fosse definida a matéria final e, seguindo o entendimento da Contec, indicou a aprovação do texto.

O documento assegura direitos conquistados e apresenta mudanças, como a manutenção do modelo de participação 70/30 do Saúde Caixa (onde 70% dos custos são arcados pela estatal e o restante pelo segurado), a inclusão dos novos empregados no benefício, principalmente as pessoas com deficiência, e a garantia da PLR e a PLR Social.

Para a diretora de negociação da Advocef, Marisa Menezes, a manutenção da participação Social e das demais cláusulas sociais conquistadas ao longo de anos são consideradas vitórias concretas no caso. Contudo, devido às dificuldades sofridas pelos empregados neste ano de pandemia com extensão da jornada de trabalho.

> "O ACT 2020/2022 é o resultado de negociações árduas e aguerridas. Está aquém daquilo que todos nós, empregados da CAIXA, fizemos por merecer, mas é o Acordo Coletivo que foi possível construir no atual contexto" - Marisa Menezes

Ela comenta que o Saúde Caixa foi um dos assuntos mais discutidos, uma vez que houve até a reivindicação da formação de um Grupo de Trabalho para manter as negociações na Mesa Permanente e reverter a imposição inicial de contribuição paritária (50% da CAIXA e 50% dos beneficiários), que inviabilizaria o plano em razão do alto custo.

O banco enfim apresentou uma nova proposta que foi construída em função do limitador de 6,5% da folha de pagamento previsto no Estatuto da CAIXA e no último ACT, bem como as resoluções 22 e 23 da CGPAR. Dessa forma, foi aprovada uma contribuição do titular de 3,5% do salário e 0,4% por dependente, com teto de 4,3%. A coparticipação passa a ser 30% de cada dependente e o teto por grupo familiar de R$ 3.600.

Para a diretora, as alterações foram as melhores possíveis, exatamente em razão das Resoluções CGPAR. "Conseguimos a inclusão dos novos contratados e dos admitidos a partir de 2018, além da manutenção do modelo (mutualismo, pacto intergeracional) e impedimos a cobrança paritária", comenta a diretora.

PLR Social

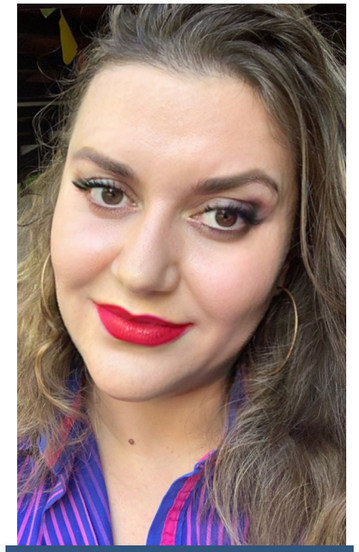
Destaque à proposta da PLR Social correspondente a 4% do Lucro Líquido Ajustado distribuído de forma linear para os empregados. A manutenção da participação de lucros e das demais cláusulas sociais são consideradas vitórias.

A recomendação pela aprovação do ACT se deu pelo contexto da empresa, se por um lado há a previsão de aumento do Saúde Caixa, por outro há a manutenção do plano e o afastamento da paridade. O reajuste proposto está abaixo do INPC, mas há algum reajuste. Além disso, as cláusulas sociais estão mantidas, inclusive a PLR Social, o que, na opinião dela, é um ganho em relação aos demais bancos.



A busca por equilíbrio ensinada na experiência de home office

Foto: Arquivo Advocef



Patrícia Raquel, coordenadora jurídica da Rejur-LD

Sobre o home office posso dizer que a minha adaptação foi imediata. Sinto que consigo agilizar muitas atividades, já que temos menos interrupções em casa. Com plataforma do Microsoft Teams, as reuniões com a equipe ocorrem normalmente. Então, apesar da distância física, é possível atuar, mesmo quem está na gestão, na obtenção dos resultados.

Inicialmente senti dificuldade nas audiências, mas aos poucos já estamos chegando na normalidade. Hoje ocorrem audiências na área que atuo pelo Zoom e Whatsapp e estamos agendando centenas de outras que estavam inicialmente redesignadas para agosto (esta era a expectativa de retorno pela Justiça Federal quando o início da pandemia e quarentena).

Passei alguns meses em casa, o que foi essencial com criança pequena e sem suporte de escola, avós, funcionária. Retornei ao presencial, mas confesso que tem atividades que consigo desempenhar com maior agilidade estando no home office.

No futuro, creio que será possível estar em sistema híbrido, inclusive para coordenação, em que em algum dia da semana ou período se possa atuar de casa. A pandemia demonstrou, para a área jurídica e também para as parceiras, que estar próximo do negócio se tornou um conceito mais amplo.

É plenamente possível participar de reuniões, tirar dúvidas, dar atendimento a consultas com as ferramentas que estão disponíveis. A atuação processual então, nem se fala. O rendimento não caiu e a própria Justiça tem divulgado que seus números até cresceram, o que reflete no nosso trabalho.

Entendo que é o perfil e o tipo de atividade que podem parametrizar se é possível o trabalho em home office. Cada um tem uma realidade. Há pessoas que precisam sair de casa para se sentir no trabalho. Como sou daquelas que até no banho costumam pensar nos assuntos diários do trabalho, não sinto essa necessidade.

O deslocamento e as interações no ambiente tomam precioso tempo a depender da atividade, como tratar alguma listagem, fazer orientações, organizar e planejar, poderia ser direcionada sem maiores delongas, indo direto a execução.

Recentemente a Geten organizou um encontro virtual sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV - faixa I), com a Gehop, no qual participaram mais de 140 advogados (as) de todo o país. A pandemia abriu uma nova visão de otimizar e propiciar integração, intercâmbio de iniciativas que antes só se imaginaria que fosse possível presencialmente.

Evidentemente que poder estar em equipe presencialmente, ir para a Rejur, encontros temáticos, em alguns momentos também é saudável. Creio que tudo na vida seja questão de equilíbrio.

Patrícia Raquel Caires Jost Guadanhim *é formada em Direito pela universidade Estadual de Londrina (UEL), é advogada da CAIXA desde 2003. Foi estagiária no banco em 1998 e atuou em escritório terceirizado entre 2000 a 2003. Hoje é coordenadora jurídica na Rejur-LD.*

Conciliação como forma de redução da litigiosidade na CAIXA

Foto: Arquivo Advocef



Leonardo Faustino Suten

A estrutura do Poder Judiciário Brasileiro, com suas quase 15 mil unidades judiciárias de primeiro grau distribuídas por todos os ramos de justiça, não se mostra plenamente eficiente para fazer frente aos mais de 80 milhões de processos em tramitação, segundo dados do CNJ.

Nesse cenário, a CAIXA aparece com aproximadamente 1,4 milhão de processos em seu acervo judicial, incluindo as hipóteses nas quais atua como braço do Governo Federal, resultando, para a Instituição Financeira, numa provisão para perdas judiciais na monta de mais de R$ 9 bilhões, sendo que, desses, aproximadamente R$ 6 bilhões possuem origem trabalhista.

Essa situação atrai a responsabilidade de todos nós pela adequada gestão do acervo judicial do qual cuidamos, inclusive com a implementação e efetivação de indicadores e política de redução da litigiosidade, bem como a necessidade de desenvolver conhecimento acerca da rotina de provisionamento prevista no Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) nº 25.

Nessa linha, a Diretoria Jurídica vem estimulando que os Jurídicos Regionais e seus advogados atuem cada vez mais de maneira proativa, principalmente no que tange à política de conciliação judicial e extrajudicial.

Por isso, em maio de 2020, foi publicado o novo manual de alçadas (AL003) que, de maneira inovadora, trouxe novos parâmetros e valores com os quais as Unidades Jurídicas têm mais espaço para avaliar os processos e propor, de maneira efetiva, a pacificação dos litígios que são postos.

É inegável que a manutenção de um processo judicial por longos anos não beneficia nenhuma das partes, sendo certo que, a par do elevado custo para o Estado (mais de R$ 100 bilhões em 2019), atrai um indesejável incremento do desembolso pela CAIXA em razão dos elevados juros de mora.

Considerando uma duração de quatro anos de uma ação trabalhista, o valor principal é incrementado em mais de 87%, considerando-se os juros e a correção monetária, o que demonstra que é preciso agir preventivamente e, quando demonstrada a fragilidade da empresa, atuar para diminuir a perda financeira.

Como dito anteriormente, o acervo trabalhista responde por quase 66% da nossa provisão judicial e por isso é tão importante concentrar esforços nesse ramo especializado do Direito com vistas a encerrar os processos nos quais temos fragilidade, notadamente pela via do acordo, e voltar nossas forças para a defesa efetiva da CAIXA naqueles temas que a empresa agiu corretamente, de forma a demonstrar que não vale a pena litigar contra a empresa em uma aventura judicial.

A redução do passivo judicial passa obrigatoriamente por uma mudança de mentalidade. Seguimos aguerridos onde devemos ganhar, mas tendo a maturidade de finalizar antecipadamente por acordo nos casos que já temos o prognóstico de perda.

Mini currículo:

Leonardo Faustino é advogado da CAIXA desde 2005, especializado em Direito do Estado e Administrativo pela Universidade Gama Filho no Rio de Janeiro. Foi superintendente nacional do Consultivo de 2013 a 2018 e, desde então, atua como superintendente nacional do Contencioso.

Participação do “ouro da casa” foi destaque do IV Encontro Técnico da Advocef



Foto: Arquivo Advocef

IV Encontro Técnico da Advocef

Evento realizado em dezembro de 2019, em Brasília (DF), reuniu advogados do quadro para debater assuntos de interesse da categoria

Associados de várias regiões do Brasil se reuniram na capital federal, entre 5 e 6 de dezembro do ano passado, para participarem do IV Encontro Técnico da Associação Nacional dos Advogados da Caixa Econômica Federal (Advocef). O lançamento da 29ª Revista de Direito da entidade marcou a abertura da edição, que contou com a participação do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Antonio Carlos Ferreira, que foi advogado da CAIXA e um dos idealizadores da Escola de Advocacia do banco. Durante a cerimônia de abertura, ele ressaltou a importância da militância corporativa e encorajou a categoria a atuar na defesa da permanência da CAIXA como uma empresa pública.

“Fui diretor da CAIXA e sei da importância de atuar em prol dos interesses corporativos e na preservação da instituição como uma empresa pública útil para a sociedade. Isso reforça o nosso orgulho de sermos advogados e com o nosso trabalho defender uma instituição que faz a diferença em nosso país”, disse.

Outro ponto central trazido ao evento foi a parceria da Advocef com a Escola de Advocacia da CAIXA. A iniciativa é uma das ações para promover a constante atualização do quadro jurídico, como explicou a presidente da entidade, Anna Claudia de Vasconcellos.

“Outro ponto central do evento foi a valorização dos associados da entidade,o chamado “ouro da casa”. A presidente da Advocef, Anna Claudia de Vasconcellos, explica que a iniciativa é uma das ações para promover o constante aprimoramento do quadro jurídico da estatal.”

Quem também participou da abertura foi o diretor jurídico da CAIXA, Gryecos Loureiro, que destacou a produtividade da parceria. Segundo ele, o Encontro Técnico foi a coroação de uma parceria, que “é a possibilidade de multiplicar o conhecimento acumulado dentro da CAIXA”. Em 2019, o compromisso entre as instituições resultou em ações em todo Brasil, por meio do Ciclo de Palestras.

“Isso é motivo de orgulho para nós. A riqueza do jurídico da CAIXA está guardada por essa diversidade e pela generosidade de compartilhar o conhecimento”, disse Loureiro.

O evento foi marcado, entre outros pontos, por debates sobre temas como provisão judicial, gestão de credenciados, a reforma na Lei de Recuperação e Falência e a intervenção da Advocef no Recurso Extraordinário (RE) 688267, que trata da dispensa imotivada de empregado de empresa pública. A matéria teve Repercussão Geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e a associação ingressou no processo como amicus curiae.

O consultor jurídico do Senado em Direito Empresarial Carlos Jacques Vieira Gomes foi um dos convidados do evento e enumerou as mudanças no regime de Recuperação Judicial propostos no Projeto de Lei 10220/18, que tramita em Comissão Especial na Câmara dos Deputados.

Entre as possíveis novas regras de RJ, foram explicadas, por exemplo, a transferência de competência para recuperação de grandes empresas para capitais ou cidades com varas especializadas, a utilização das recuperações por empresas para vender sem ativos pendentes e os entraves que estão sendo discutidos no Parlamento.

“O projeto está exigindo a venda da empresa falida seja vendida em noventa dias”, esclarece Gomes, que ainda explica que “agora a remuneração do administrador pode ser fixada pelo juiz e pode ser contestada pelo ministério público e pelo credor, podendo o credor destituir o administrador.

Homenagens

A contribuição dos advogados para a realização dos Ciclos de Palestras ao longo do ano passado foi tema de uma homenagem feita pelo vice-presidente da Advocef, Fernando Abs. Ele homenageou os colegas que participaram das edições do projeto com um troféu simbólico, como forma de agradecimento pela parceria. O Ciclo de Palestra é uma iniciativa da gestão do ex-presidente Álvaro Weiler.

“A ideia de dar continuidade ao projeto é muito importante. Dessa vez, nós decidimos valorizar o ‘ouro da Casa’, como diz a Anna, e tem sido um sucesso”, ressaltou. Ao expressar gratidão aos advogados, Abs também ressaltou a qualificação dos membros do Núcleo Acadêmico da Advocef.

Revista de Direito

Em um breve discurso, o presidente do Conselho Editorial da Revista de Direito da Advocef, Bruno Queiroz Oliveira, agradeceu as contribuições dos autores e cumprimentou Anna Claudia de Vasconcellos por ser a primeira mulher a conduzir a Advocef.

“O lançamento da Revista é sempre um momento de agradecimento. Nossa publicação já é um patrimônio imaterial e funciona como um mecanismo de muito valor para que possamos apresentar o pensamento jurídico nacional da advocacia da CAIXA”, lembrou.

> “A Advocef investe em capacitação e incentiva os advogados a se especializarem para, sempre que houver interesse, expandirem a atuação na empresa” - Anna Claudia de Vasconcellos.



Foto: Arquivo Advocef

Vice-presidente Fernando Abs discursa sobre a importância dis valorizar os advogados da CAIXA

Advocef registra primeira posse virtual da história

Foto: Freepik



Distanciamento social impediu a realização da solenidade presencial. Evento online foi a solução encontrada para cumprir o Estatuto Social da entidade

O biênio 2020/2022 da Advocef começou diferente em virtude do distanciamento social proposto como forma de combater a proliferação do novo coronavírus. Pela primeira vez na história, a associação registrou a posse dos advogados eleitos para a Diretoria Executiva, o Conselho Deliberativo, o Conselho Fiscal e as Representantes das Unidades Jurídicas por meio de uma cerimônia virtual, em 1º de junho. O evento, transmitido ao vivo no canal da entidade, no Youtube, foi a solução encontrada para garantir o cumprimento do Estatuto Social da associação.

Na oportunidade, a presidente Anna Claudia de Vasconcellos homenageou os colegas das gestões anteriores e agradeceu o voto de confiança dos associados que decidiram pela recondução da chapa "Advocef em Ação" à Diretoria Executiva por mais dois anos.

"Posso dizer a vocês que tem sido um grande privilégio e um grande desafio presidir a associação, mas eu tenho a boa sorte de contar com uma equipe maravilhosa", destacou.

A presidente reconduzida ainda afirmou que, ao longo dos 28 anos desde sua fundação, a Advocef "construiu um histórico de respeito e diálogo com a CAIXA e as demais instituições parceiras" e ressaltou a necessidade da união entre os associados para garantir êxito nos objetivos da instituição. Ela também agradeceu a parceria com as confederações, em especial à Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec), que dá voz à entidade nas Mesas de Negociações da CAIXA.

"Precisamos que todos apoiem e se unam a tudo aquilo que é o objetivo da nossa entidade, como o fortalecimento institucional da CAIXA. Essa é uma corrente que a gente não pode esquecer, não é possível fortalecer um elo sem fortalecer o outro também", completou.

Vasconcellos aproveitou a oportunidade para homenagear os advogados Magdiel Araújo, Justiniano Dias Junior e Roberta Correa, membros da gestão passada que concluíram as atividades junto à Diretoria. Ao mesmo tempo, congratulou e deu boas-vindas aos colegas Claudia Jansen, Gabriel Godoy e Ricardo Carneiro, novos membros da equipe.

Posse

A posse dos novos membros foi concedida pelo presidente do Conselho Deliberativo, no caso, o advogado Henrique Chagas, conforme determina o Estatuto Social da Advocef. Durante a exposição, ele agradeceu aos associados pela confiança nos novos eleitos para o biênio 2020/2022.

"Da mesma forma, quero manifestar a minha solidariedade aos nossos associados acometidos pela Covid-19, mas também aos colegas da CAIXA como um todo, que sofrem com a pandemia".

> "Precisamos que todos apoiem e se unam a tudo aquilo que é o objetivo da nossa entidade e, também, ao fortalecimento institucional da CAIXA" - Anna Claudia de Vasconcellos

DIRETORIA EXECUTIVA		CONSELHO DELIBERATIVO	
Presidente	Anna Claudia de Vasconcellos	1º Titular	Luiz Fernando Padilha
Vice - Presidente	Fernando da Silva Abs da Cruz	2º Titular	Patrícia Raquel Caires Jost Guadanhim
1º Secretário	Gabriel Augusto Godoy	3º Titular	Renato Luiz Harmi Hino
2º Secretário	Linéia Ferreira Costa	4º Titular	Roberta Mariana Barros de Aguiar Corrêa
1º Tesoureiro	Duílio José Sanchez Oliveira	5º Titular	Henrique Chagas
2º Tesoureiro	Melissa dos Santos P. Vassoler Silva	6º Titular	Luiz Fernando Schimidt
DIRETORES		7º Titular	Elton Nobre de Oliveira
Relacionamento Institucional	Carlos Alberto R. de Castro e Silva	1º Suplente	Weiquer Delcio Guedes Junior
Comunicação	Marcelo Dutra Victor	2º Suplente	Daniele Cristina Alaniz Macedo
Honorários	Marcelo Quevedo Amaral	3º Suplente	Alfredo Ambrósio Neto
Negociação	Marisa Alves Dias Menezes	CONSELHO FISCAL	
Prerrogativas	Sandro Cordeiro Lopes	1º Titular	Dione Lima da Silva
Jurídico	Ricardo Carneiro da Cunha	2º Titular	Rodrigo Trassi de Araújo
Social	Cláudia Elisa de Medeiros Teixeira	3º Titular:	Marcos Nogueira Barcellos
		4º Titular:	Edson Pereira da Silva
		5º Titular:	Jayme de Azevedo Lima



O banco dos brasileiros durante a pandemia

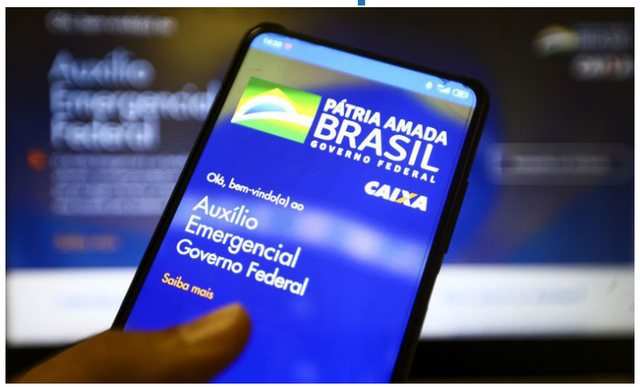


Foto: Marcelo Camargo Agência Brasil

A CAIXA exerceu papel determinante durante os primeiros meses de pandemia, com distribuição de renda a mais de 67 milhões de brasileiros

Em meio a pandemia do novo coronavírus, diversos programas sociais foram criados para minimizar os problemas econômicos e financeiros enfrentados pelo Brasil nos últimos meses. Ajudar a população brasileira tem sido uma tarefa primordial em vista ao cenário atual, e o governo federal conta com o papel fundamental da CAIXA ao longo de toda sua trajetória em atuar como uma instituição garantidora da execução dos programas federais.

A CAIXA vem sendo o principal agente de políticas públicas do governo federal com o objetivo de atender as demandas mais importantes da população, entre elas a poupança, empréstimos, FGTS, Programa de Integração Social (PIS), Seguro-Desemprego, crédito educativo, financiamento habitacional e transferência de benefícios sociais.

Entre os principais programas está o Auxílio Emergencial, crédito intermediado exclusivamente pela CAIXA. A princípio seriam pagas três parcelas de R$ 600 para até duas pessoas da mesma família e R$1200 para mulheres que são as únicas responsáveis pelo sustento familiar. Devido à eficiência do programa, mais duas parcelas foram pagas à população e, recentemente, o auxílio foi estendido até 31 de dezembro.

No primeiro mês de vigência do auxílio, mais de R$1,2 bilhão foram creditados para a primeira parcela e 1,9 milhão de elegíveis se cadastraram pelo site auxilio.caixa.gov.br e pelo aplicativo. Até hoje, já são mais de 37,2 milhões de downloads do aplicativo CAIXA Tem, ferramenta que auxilia na movimentação da poupança digital. Outro aplicativo, o Auxílio Emergencial, totalizou 57,2 milhões de downloads na primeira semana de acesso.

As comunidades ribeirinhas também não ficaram de fora, as agências-barcos são encaminhadas para os locais de maior dificuldade de acesso e podem realizar saques, desbloqueios de cartões e cadastrar senha para recebimento do auxílio emergencial e de outros programas sociais que contam com a ajuda da CAIXA. Outra novidade, são as agências bancárias que tiveram seus dias e horários estendidos para evitar aglomerações. Mais de 700 agências em todo o país estão funcionando aos sábados, de 8h às 12h.

Além do auxílio emergencial, o governo se preocupou com os trabalhadores que tiveram seus ganhos reduzidos. O governo federal disponibilizou o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e Renda (BEm), destinado aos trabalhadores de carteira assinada. Os pagamentos com duração de três meses são feitos pela CAIXA e Banco do Brasil.

Os últimos dados divulgados pelo governo federal, em novembro, registraram a marca de 401,1 milhões de pagamentos do Auxílio Emergencial e do Auxílio Emergencial Extensão, beneficiando 67,8 milhões de brasileiros. Os pagamentos somam R$ 248,3 bilhões disponibilizados para amenizar os impactos da pandemia na renda da população brasileira. É a maior ação de pagamento social do Brasil.

> "O auxílio emergencial garantiu a sobrevivência digna de milhões de brasileiros que ficaram sem renda no isolamento"
> - Economista Corecon/DF José Luiz Pagnussat



Foto: Reprodução Anesp

Economista José Luiz Pagnussat - Corecon/DF

Para o economista do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal (CORECON/DF) e mestre em economia pela Universidade de Brasília, José Luiz Pagnussat, os programas sociais na pandemia são muito importantes, em especial o socorro financeiro às famílias brasileiras. "O auxílio emergencial garantiu a sobrevivência digna de milhões de brasileiros que ficaram sem renda no isolamento".

Ainda na visão dele, evitou o caos social e ajudou na manutenção do isolamento, pois sem a ajuda financeira do governo as pessoas teriam que sair e buscar a sobrevivência e com grande dificuldade de obter, já que a economia está parada em grande número de setores e atividades.

Por fim, o especialista ainda ressalta que "do ponto de vista Econômico, o auxílio financeiro ajudou a manter e aquecer a demanda de alguns produtos e setores, mantendo a atividade econômica e reduzindo a queda do PIB e a perda de empregos", finaliza.

Condição especial para o saque do FGTS

O saque emergencial antecipado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi concedido pela Medida Provisória 946/20 devido a pandemia do novo coronavírus. Foi liberado pelo governo aproximadamente R$ 40 milhões para resgate. O valor do saque é de até R$1.045 e considera a soma de todas as contas ativas e inativas que tenham saldo do FGTS.

Antes, o saque da quantia do FGTS somente era liberado ao trabalhador para a compra da casa própria. O intuito da antecipação dos valores é gerar um maior aquecimento da economia atual. Cerca de R$ 37,8 bilhões foram liberados para mais de 60 milhões de cidadãos trabalhadores.

Mercado imobiliário superaquecido

A CAIXA também é referência quando se trata de melhores condições e juros acessíveis para compra, venda e financiamento de moradias. Durante a pandemia não podia ser diferente. Em outubro de 2020, entraram em vigência as novas taxas de crédito imobiliário. Com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) para linhas de crédito e Taxa Referencial mínima de TR + 6,25%, e a máxima de TR + 8,00% para imóveis residenciais, e mínima de TR + 7,25% e máxima de 8,75%, para imóveis comerciais.

Também foi concedida uma carência de seis meses para iniciar os pagamento das parcelas de juros e amortização de financiamentos de novos imóveis realizados até 30 de dezembro de 2020. As novas taxas já podem ser acessadas pelo simulador habitacional CAIXA, no site www.caixa.gov.br, aplicativo Habitação CAIXA e correspondentes CAIXA Aqui.

Esses e outros projetos sociais realizados e garantidos pelo banco ao longo de sua trajetória e na pandemia do novo coronavírus podem ser encontrados no site da instituição caixa.gov.br

Beneficiários do auxílio emergencial reconhecem dedicação dos empregados nas agências da CAIXA



Foto: Mister Shadow/ASI/Estadão Conteúdo

Funcionária auxilia cliente na porta de agência da CAIXA

Atuação dos funcionários na linha de frente da CAIXA também foi reconhecida pelo Jurídico do banco e por jornalistas da grande mídia, que compararam os trabalhadores a verdadeiros heróis

O pagamento do auxílio emergencial foi uma das missões mais importantes da história recente da CAIXA. O banco público assumiu, sozinho, a responsabilidade de entregar os recursos para mais de 66 milhões de brasileiros desde abril deste ano, segundo informações do Ministério da Cidadania. Até setembro, R$261,2 bilhões já haviam sido destinados aos beneficiários, de acordo com balanço da estatal. Desde o início, a missão foi desempenhada com feitos inéditos, como a abertura de cerca de 10 milhões de contas Poupança Social Digital gratuitas, em apenas uma semana, além da maior inclusão bancária da história do Brasil.

Tudo isso só foi possível pelo esforço e dedicação dos empregados do banco, que atuaram na linha de frente para viabilizar o acesso da população aos benefícios sociais. Nas primeiras semanas do pagamento, a novidade levou centenas de pessoas às agências da CAIXA, o que ampliou a exposição de funcionários ao risco de contágio pelo coronavírus. Mesmo diante da conjuntura delicada, das jornadas exaustivas, entre outras situações, a empatia dos empregados prevaleceu.

Em Campina Grande (PB), o trabalho e a atenção dos funcionários foram reconhecidos pelos beneficiários, que gravaram vídeos falando sobre o atendimento. Nas imagens, um senhor identificado apenas como Paulo explica que tinha a intenção de dormir na rua para garantir lugar na fila e receber o auxílio emergencial no dia seguinte, porém, foi convencido por uma empregada da CAIXA a ir para casa. Segundo ele, a funcionária o tranquilizou e falou sobre o comprometimento da agência em garantir o atendimento de toda população no dia seguinte.

"Eu quase não acreditei quando a atendente pediu para irmos embora e disse que a gente seria atendido de vinte a trinta minutos no outro dia. Eu sou prova de que era verdade, [os funcionários] estão de parabéns porque cumpriram com o serviço deles", elogia Paulo, que teve o código de liberação do auxílio gerado no celular da empregada Valesca, identificada no vídeo somente pelo primeiro nome.

A beneficiária Rosangela Farias de Vasconcelos, também fez questão de falar sobre o atendimento. "Acabei de chegar na CAIXA e já fui muito bem atendida, o pessoal foi super atencioso e em menos de meia hora já resolveram meu caso", contou no vídeo.

Em favor dos empregados e da CAIXA

A presidente da Advocef, Anna Claudia de Vasconcellos, explica que as entidades representativas da CAIXA acompanharam de perto as situações adversas a que os empregados da linha de frente foram expostos. Uma das primeiras atitudes conjuntas foi a emissão de um manifesto em apoio aos empregados do banco que atuam na linha de frente para garantir o pagamento do auxílio emergencial.

"Um serviço essencial que é prestado por pessoas: pais, mães, filhos, maridos e esposas que se fazem presentes todos os dias nas agências, sob o risco de contaminação; que buscam constantemente o desenvolvimento de soluções tecnológicas para solucionar os problemas, e tantas outras pessoas que desempenham atividades necessárias à continuidade do seu funcionamento", diz um trecho do documento assinado pela Advocef e as demais entidades representativas dos empregados da CAIXA.

O manifesto foi replicado pela grande mídia nacional reforçou, entre outros pontos, a necessidade de ações governamentais para evitar as aglomerações nas proximidades das agências, além de melhores condições de trabalho e o cumprimento das recomendações das autoridades sanitárias.

"A pandemia colocou a população, as empresas e as instituições diante de um cenário incerto, que ninguém estava preparado para viver e mesmo diante das dificuldades, das longas jornadas de trabalho e da exposição ao risco de contágio, nossos colegas continuaram cumprindo a missão com solidariedade, dignidade e respeito", lembra.

Reconhecimento

A Diretoria Jurídica da CAIXA (Dijur) promoveu uma ação de reconhecimento aos colegas na linha de frente para viabilizar o pagamento do auxílio emergencial. Com a mensagem: "Eu te reconheço, te admiro e sou inspirado por vocês. Contem comigo." o diretor jurídico Gryecos Loureiro e demais gestores gravaram um vídeo para congratular os colegas que estão trabalhando nas agências da CAIXA para garantir o acesso de milhões de brasileiros aos benefícios sociais pagos pelo governo.

No material, divulgado em maio, Loureiro destacou o desempenho dos colegas das agências e apontou o trabalho desenvolvido pelo jurídico do banco para conseguir "um cenário confortável para toda empresa". "São dezenas de ações judiciais, reuniões com diversos órgãos públicos em todas as esferas do governo, muitos pareceres editados, mas nada disso se compara ao que os colegas das agências estão fazendo. Isso é um pálido reflexo do que é controlar as filas, orientar os brasileiros e fazer a entrega desse auxílio que é tão importante para tantas pessoas", comentou no vídeo que circulou entre os empregados. Na homenagem, ele afirmou que os colegas da rede já provaram que são capazes de entregas "absolutamente inacreditáveis", mas afirmou que o trabalho desenvolvido durante a pandemia foi inspirador.

Além da CAIXA

Na imprensa nacional, a atuação dos empregados também foi destaque. O jornalista Octávio Guedes, do programa Estúdio I, na GloboNews apontou que: "A CAIXA mostrou a sua importância como banco público e com a tecnologia social, para uma equipe econômica que dizia que privatizar tudo era a solução".

Em maio, Priscilla Amaral, da TV Record, mandou um recado aos empregados da CAIXA ao comentar uma agressão sofrida por um bancário em Amazonas. "Muitos trabalhadores estão se esforçando para garantir o bem estar alheio por amor ao que fazem, por honrar seus juramentos profissionais de servir ao próximo", e completou: "Viva os bancários! Vocês também estão na linha de frente. Também se arriscam todos os dias! Também são heróis", escreveu na rede social.



Empregados CAIXA



Depósitos judiciais: o papel dos bancos públicos nesse processo

Foto: Luis Macedo/ Câmera dos Deputados

Tramita na Câmara dos Deputados projetos para abertura a bancos privados também operarem

Dois projetos tramitam na Câmara dos Deputados com o objetivo de abertura para que bancos privados possam ser destinatários de depósitos judiciais. O Projeto de Lei 6440/19, de autoria do deputado Manuel Marcos (Republicanos-AC), determina que a contratação de banco para receber os valores será feita por licitação pública. A justificativa do parlamentar está atrelada a eficiência exigida pela administração pública, voltada para resultados. Com isso, o PL busca instituir a obrigatoriedade da escolha para a seleção da instituição bancária que melhor remunere os recursos vindos dos depósitos judiciais.

Já o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) propõe que o devedor em uma ação judicial possa escolher o banco onde será feito o depósito, podendo ser público ou privado. É o que prevê o Projeto de Lei 9666/18, justificando que o credor fica em desvantagem, pois pode receber um valor inferior ao que teria se fosse aplicado em instituição privada, no final do processo. A perda no caso do dever se dá porque há a possibilidade de ser acionado pelo credor para equiparar a diferença do rendimento do depósito judicial verificado em aplicações regulares.

Entretanto, segundo dados da CAIXA, o banco tem o seu trabalho refletido mais 10 milhões de contas das diversas modalidades de depósitos judiciais sem sua responsabilidade, com total transparência para as partes envolvidas e para o controle do Poder Judiciário. Juízes, servidores, advogados, empresas e pessoas físicas ainda contam com postos da Caixa dedicados exclusivamente ao atendimento do Poder Judiciário e com a possibilidade de realizar depósitos judiciais pela internet. Outra vantagem é que por se tratar de uma instituição pública, o resultado da gestão do instrumento é totalmente revertido em prol da sociedade.

O vice-presidente da Advocef, Fernando Abs, ressalta que, apesar das propostas, existe uma legislação federal sobre o assunto: o Decreto-Lei nº 1.737/79. Determina que serão obrigatoriamente efetuados na Caixa Econômica Federal, em dinheiro ou em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, ao portador, os depósitos relacionados com feitos de competência da Justiça Federal. “Para qualquer mudança deve passar por alteração legislativa e abre um processo moroso e desgastante”, comentou Abs.

Abs pontuou, também, que a CAIXA vem prestando esse serviço há anos com muita excelência para a Justiça Federal. Por se tratar de um banco público há um comprometimento e responsabilidade na aplicação desses valores junto ao desenvolvimento brasileiro e a presença massiva desde as capitais aos interiores. “Além da qualidade do trabalho, temos o diferencial de ter a maior capilaridade dentro do judiciário e no Brasil. Temos postos de atendimento em quase todas as unidades da Justiça Federal, o que facilita muito a integração”, acrescentou.

> “Além da qualidade do trabalho, temos o diferencial de ter a maior capilaridade dentro do judiciário e no Brasil. Temos postos de atendimento em quase todas as unidades da Justiça Federal, o que facilita muito a integração” - Fernando Abs, vice presidente da Advocef



Congresso Nacional - Brasília/DF

Foto: Lucas Martins / InfoEscola.com

A legislação

O depósito judicial é um mecanismo necessário dentro de execuções judiciais por certas quantias, pois reforçam a segurança que o Poder Judiciário dá no cumprimento de sentenças. Somente os bancos públicos podem operar. Uma das legislações que regulamenta essa questão é a Lei Complementar n. 151/2015. Estabelece que o depósito deve ser feito necessariamente em instituição financeira oficial federal, estadual ou distrital (bancos públicos), em uma conta específica que fica sob custódia da Justiça. Os recursos só podem ser retirados com alvará expedido pelo juiz

No caso do Banco do Brasil, a instituição recebe valores decorrentes dos processos em andamento na Justiça Estadual. A Caixa Econômica Federal fica com o montante dos Tribunais Regionais Federais e da Justiça do Trabalho. Estima-se que o somatório desse instrumento ultrapasse a marca de R$500 bilhões.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) já havia emitido um entendimento pela abertura, em agosto de 2019. O Plenário do CNJ votou favoravelmente ao questionamento do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) sobre a possibilidade de se inserir licitação para que instituições financeiras privadas possam receber os depósitos judiciais.

Na avaliação do relator do caso, conselheiro Arnaldo Hessepian, é facultada “à administração do Tribunal a possibilidade de efetuar os depósitos judiciais no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal, ou, não aceitando o critério preferencial proposto pelo legislador e observada a realidade do caso concreto, realizar procedimento seletivo (licitação) visando à escolha da proposta mais adequada para a administração dos recursos dos particulares, com aplicação dos regramentos legais e princípios constitucionais aplicáveis”.

50 dias que marcaram a maior greve do profissionais da CAIXA

Foto: Arquivo Advocef



A maior paralisação da história lutou pela valorização e resultou na conquista histórica do plano de cargos e salários em 2009

Em mais uma matéria da série sobre as conquistas históricas dos advogados da CAIXA, trataremos do ano de 2009, que acabou tornando-se um marco na trajetória dos advogados, engenheiros e arquitetos da CAIXA, após a maior greve já registrada, com 50 dias de paralisação. O contexto desse marco está relacionado com a então desvalorização desses colaboradores em detrimento da apresentação de um plano de cargo e salário que não era compatível com as atribuições e responsabilidades que esses profissionais exerciam.

Entre os primeiros a aderir ao movimento estava a categoria dos advogados, ainda em abril daquele ano. Com apenas 24 horas de articulação conseguiram uma alta taxa de adesão, média de 90%. Toda a movimentação foi dada pela apresentação da proposta aos advogados, também em abril, com reajuste de aproximadamente R$ 70 para aqueles que iniciavam na carreira e de R$ 26 aqueles que se encontravam no final. Para o presidente da Advocef na época, Davi Duarte, esse foi o combustível necessário para alimentar o movimento. "Está mais do que justificada a indignação da categoria e a forte mobilização é a resposta adequada para que a empresa aprove valores à altura das importantes e intensas atribuições desempenhadas."

No cenário nacional, a paralisação dos programas federais administrados pela CAIXA foi o tema principal abordado pela imprensa na cobertura da greve dos advogados, engenheiros e arquitetos. Em 28 de abril, a Agência Estado noticiava que "apesar da pressa do presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, em ver resultados do programa 'Minha Casa, Minha Vida', a Caixa Econômica Federal ainda não assinou até agora nenhum contrato de financiamento de projetos habitacionais". Além desse programa, projetos relacionados ao PAC, estavam também travados. Segundo o jornal, trabalhos relativos ao PIS, FGTS, Fies, Bolsa Família, Penhor e Loterias encontravam-se na mesma situação.

O diretor de Relacionamento Institucional da Advocef neste período, Carlos Alberto Regueira de Castro, relembrou que no primeiro momento da greve eles estavam aprendendo a se mobilizar e que, com o tempo, o temor desapareceu, apesar do desgaste pessoal. "A categoria resolveu dar um basta às desvalorizações salariais, após ser desprezada pela CAIXA por vários anos. Nossa remuneração era inversamente proporcional à nossa eficiência", afirmou.

A greve de 2009 é considerada um momento histórico na associação. Os profissionais da CAIXA estavam unidos na busca da valorização profissional, que implicou numa disputa de visão de empresa. A estatal, que nos anos 90 foi sendo direcionada para atuar mais como um banco comercial, hoje atua também como um braço governamental de desenvolvimento, subsidiando a busca de uma economia mais sustentável aos brasileiros.

O maior desafio enfrentado foi conseguir o desprendimento da defesa dos interesses da CAIXA, tão arraigada na alma do advogado e, ainda assim, priorizar os objetivos da paralisação, buscando preservar a permanência dos colaboradores.

A mobilização produziu um outro fenômeno, a união de categorias dentro da empresa que, até o momento, possuíam relações divergentes. Advogados, antigos e novos, unem-se aos engenheiros e arquitetos, bem como aos demais profissionais de carreira da CAIXA, e estabelecem uma aliança em prol de uma melhoria salarial.

Castro conta ainda que a situação estava bastante difícil. "Entrei em contato com o Superintende da CAIXA e, em uma longa conversa, decidimos marcar outro encontro com mais representantes que aderiram ao movimento para chegarmos a um entendimento. Juntamos os profissionais e os representantes do banco com o comprometimento de apresentar nova proposta do plano de cargo e salário", disse o diretor de Relacionamento.

No dia 10 de junho, a CAIXA apresentou a última proposta. Na avaliação da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT), continha avanços, com a melhoria dos valores da tabela do Plano de Cargos e Salário, apesar de estarem mantidas as restrições relativas à migração - não ter ações colidentes e não estar no REG-Replan não saldado.

A Contraf/CUT orientou seus sindicatos a defender a aprovação da proposta nas assembleias por ser uma proposta construída na mesa de negociação, valorizando o processo democrático de discussão entre empresa e trabalhadores. Segundo a recomendação da representante dos profissionais, a maior vitória obtida, nos termos propostos, era manter o canal de negociação com a empresa.

Finalmente, em 16 de junho de 2009, terminava o maior movimento paredista da história da CAIXA, realizado ao longo de 50 dias com a participação expressiva de seus advogados, arquitetos e engenheiros - com a adesão, ao final, de 88% com muita coragem e trabalho.

CONTRATEMPOS

Em 14 de maio, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) indeferiu os pedidos de liminar da CAIXA para reconhecer a abusividade da greve e o retorno da categoria ao trabalho. Em 18 de maio, não houve acordo na audiência de conciliação realizada no TST. Inicialmente, a empresa impôs, para retomar a negociação, que os trabalhadores retornassem ao trabalho. O ministro João Oreste Dalazen, então vice-presidente do TST, respondeu que de modo algum negaria a única maneira de pressão dos trabalhadores, "o constitucional e sacrossanto direito de greve".

“Os bancos públicos são um serviço fundamental para a grande maioria da população”, afirma especialista

Foto: Reprodução/Internet



Como único banco público federal, a CAIXA proporciona o desenvolvimento do país e ainda proporciona o acesso da população mais pobre

Entre as instituições financeiras públicas, a CAIXA garante e subsidia o crescimento do país no cenário econômico

Com a pandemia, o setor econômico nacional foi duramente afetado pelo isolamento social e necessidade de pausar diversas atividades. Postos de trabalho foram encerrados e empresas deixaram de contratar. Em cenários como esse, os bancos públicos têm um papel fundamental de atuar como braço financeiro do Estado na vida das pessoas.

Com a sua forte atuação em questões sociais da sociedade brasileira, esses bancos públicos precisam agora se reinventar diante do que muitos vem categorizando como “novo normal”. Programas sociais precisaram ser criados pelo governo federal e os já existentes aprimorados e adequados à situação atual. Muitos desses programas sociais são executados pela CAIXA, maior banco da América Latina.

O economista do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal (CORECON/DF) e mestre em economia pela Universidade de Brasília, José Luiz Pagnussat, esclarece que os bancos públicos são braços importantes do estado na implementação de políticas públicas relacionadas a crédito, como a política habitacional, política agrícola, entre outras. “Foram eficientes no enfrentamento da crise de 2008/09, quando o Brasil reagiu com muita rapidez à crise, com a resposta dada pelos bancos públicos, enquanto outros países tiveram dificuldades para reagir”, afirmou.

Pagnussat pontua também que os programas sociais demonstram a necessidade de manutenção dessas estatais. “São fundamentais à população, especialmente, às pessoas que se encontram em situações de vulnerabilidade econômica”, afirmou o especialista.

O maior objetivo dos bancos públicos é impulsionar a economia, gerar trabalho e renda. Inicialmente, o foco principal da CAIXA como banco público era a poupança e o crédito. A modernização dos processos bancários e a necessidade da sociedade em ter acesso a recursos em outras áreas, como por exemplo, habitação, hoje, carro chefe da CAIXA, fez despertar um olhar para as novas demandas da população.

A CAIXA é líder quando se trata do aquecimento do mercado imobiliário, propiciando melhores condições a todos terem acesso à moradia. Teve a carência em expandir para outras atividades desenvolvidas em diversos segmentos e atuar nas mais variadas demandas da sociedade atual, desde ao Desenvolvimento Social, Área Rural, Saneamento e Meio Ambiente, Urbanização e Transporte, Patrimônio Cultural e Turismo, e Habitação.

Foto: Reprodução/Internet



Com facilidades e conseguindo chegar aos locais mais remotos, o banco público desempenha sua função social de forma mais eficaz abrangendo a população como um todo, em especial, a de renda mais baixa.

Segundo dados do banco, para 2020 está prevista a liberação de R$ 43 bilhões em linhas de crédito para para financiar a compra de imóveis. Tem a estimativa que 530 mil unidades habitacionais sejam construídas com essa medida. Somando os repasses ao segmento deve chegar em R$ 154 bilhões após a pandemia do novo coronavírus. Anteriormente, a CAIXA havia anunciado R$ 111 bilhões em recursos para bancar a casa própria, incremento de 38%.

Os bancos privados nem sempre conseguem chegar aos locais mais distantes e disponibilizar serviços que sejam atrativos para uma população mais economicamente vulnerável, que muitas vezes nunca teve uma conta em banco. Um exemplo, é o trabalho que as agências-barcos da CAIXA conseguem fazer em locais com uma população de extrema pobreza e difícil acesso. Os serviços que uma agência bancária tradicional executa, são desempenhadas com excelência por esse novo modelo de inclusão bancária.

Um outro setor que movimenta a economia de forma avassaladora é a agricultura. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, 70% do que tem nas mesas dos brasileiros é de origem da agricultura familiar. A CAIXA trabalha com os programas Garantia Safra, Programa de Desenvolvimento Agrário, Programa de Infraestrutura e Reforma Agrária e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Todos voltados a oferecer estrutura no segmento rural.

Esses dados mostram que para um bom desenvolvimento social e econômico de uma sociedade, é fundamental o papel dos bancos públicos para fazer girar o crédito e a renda de uma população. Estimular emprego, crescimento da produção e aumento da capacidade produtiva, uma política monetária baseada em taxas de juros mais baixas, política fiscal que estimula investimento privado por meio do investimento público.

A doutora em Economia, Maria de Lourdes Rollemberg, aponta que os bancos públicos atuam na redução da taxa de juros ao forçar os bancos privados com concorrência e financiamento do investimento estatal para estimular a economia. As instituições públicas não visam os lucros e não dependem de expectativas de lucro.

Para ela, os bancos estatais exercem papel fundamental para o desenvolvimento do país, principalmente econômico. Em momentos de crises é necessário ter bancos públicos fortes que proporcionem um cenário para desenvolvimento e investir sem objetivo de obter dinheiro, mas para criar emprego e renda.

O financiamento público é quase totalmente desenvolvido por bancos públicos. O auxílio emergencial do governo federal, maior programa de pagamentos e inclusão bancária do país, criado pela Medida Provisória (MP) nº 1000 é todo executado pela Caixa, desde a primeira etapa, que é a de cadastramento dos elegíveis ao recebimento dos benefícios até os pagamentos e saques.

As maiores transações econômicas em torno dos trabalhadores, peças fundamentais para a economia do país crescer, são desenvolvidas pela Caixa, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Seguro Desemprego, PIS/PASEP, Abono Salarial, entre outros.

Muitos são os exemplos de programas que funcionam com a Caixa sendo um banco 100% público e voltado ao desenvolvimento e crescimento de uma sociedade mais próspera. Atendendo todos os públicos, nos mais variados locais e das mais diferentes formas.

O trabalho das mulheres nas empresas estatais

Foto: Arquivos da Advocef



Virgínia Cardoso,
gerente nacional da Gerid

Ao receber o convite para escrever um artigo sobre o trabalho das mulheres nas empresas estatais, resolvi acurar meu olhar durante as inúmeras reuniões virtuais que todos nós estamos tendo nestes tempos. Homens e mulheres discutindo assuntos importantes, mas não me surpreendi com os comportamentos da nossa cultura. Homens sempre querem nos explicar algo, em tom quase professoral, e nos cortam, porque talvez não "estejamos entendendo".

É um comportamento muito sútil, mas, infelizmente, rotineiro. Vi também o enorme esforço que fazemos para dar conta de tanta coisa; das nossas urgências, da nossa carreira, da nossa família. Já somos tantas, em tantas posições estratégicas e importantes na Caixa. Somos nós fazendo acontecer o Brasil, seja nas vices presidências, passando por posições de gestão nas bases. Isso me enche de orgulho das minhas irmãs. Principalmente porque sabemos o quão é difícil escolher a carreira também. Digo "também" porque as outras escolhas permanecem e são igualmente difíceis.

Nos seletivos internos da Caixa, ainda somos poucas participantes, porque o peso das outras partes da vida exigem muito. Imagina ser gerente geral de agência em uma cidade no interior do Brasil com sua família em outra cidade? Além disso, ronda sempre a síndrome da impostora nos fazendo perguntar "será que eu sou boa assim mesmo?". E como eu admiro essas colegas que conseguem ir em frente e mudam toda a forma de pensar: "eu posso sim".

Outro ponto que sempre me chama atenção é nosso comportamento. Por vezes, somos obrigadas a, digamos assim, "engrossar a voz ". Ou seja, recorrer a trejeitos mais ligados culturalmente ao homem, a força. Tudo isso para que sejamos ouvidas, para que alguém nos dê importância. E qual não é a minha felicidade e admiração quando encontro colegas que não recorrem a isso. Que conseguem manter a sua essência e são ouvidas, são competentes e admiradas. Vejam que falei em essência. Cada um tem a sua, algumas mais calmas, outras mais arrojadas. E não tem problema nenhum ser qualquer uma delas. Essa é nossa conquista, podemos ser como quisermos!

No curso de Liderança Feminina da Caixa, tive a oportunidade de entrar em contato com tantas colegas admiráveis, conheci grandes histórias, me inspirei em todas, me emocionei também, mas lá aprendi sobretudo que sororidade perpassa não apenas pela ideia de que somos todas irmãs, mas que somos companheiras umas das outras, que precisamos ser cada uma a rede de apoio uma das outras. Porque haverá momentos que para caminhar precisamos que alguém ajude a dividir o peso da mala, alguém que estenda a mão, que acolha, e quem melhor do que uma mulher para ajudar uma outra mulher a fazer isso?

Mini currículo:

Virgínia Cardoso é graduada em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) especializada em processo civil pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). Advogada da CAIXA desde 2008, atualmente é Gerente Nacional da Gerid.

NOVO
APP

Notícias
Visualize notícias em tempo real

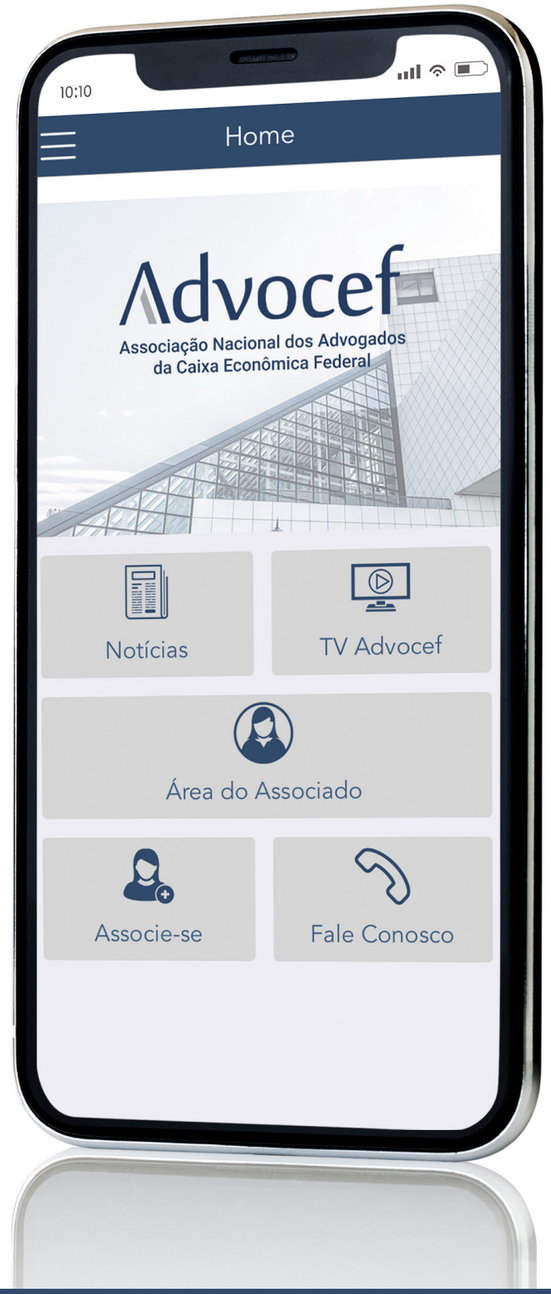
Vídeos
Um vasto acervo de vídeos ancorados no canal oficial da Associação

Eventos
Acompanhe toda a agenda de eventos

Votação
Psrticipe das votações e das decisões da Associação

Honorários
Consulta de honorários, com informação on-line dos valores de rateio mensal

Fale conosco
Contato direto com a Associação por telefone, mensagem e chat



Baixe gratuitamente

Aplicativo da Advocef.
A Associação na palma da sua mão.

DISPONÍVEL NO Google Play

Disponível na App Store



Tecnologia garante atuação do jurídico e viabiliza ações da CAIXA na pandemia

Gryecos Loureiro acredita que os novos desafios impulsionaram a implementação do trabalho remoto em nível nacional

Foto: Diretoria Jurídica da CAIXA

Força-tarefa criada pela Diretoria Jurídica da CAIXA permitiu atuação conjunta de áreas, que garantiram respostas rápidas às demandas judiciais do banco durante a pandemia

Com o avanço da pandemia, a Diretoria Jurídica da CAIXA (Dijur) precisou dar respostas rápidas para garantir que as ações do banco, como a liberação de crédito, as reduções nas taxas de juros e a abertura das agências para o pagamento de benefícios sociais, ocorressem dentro da regularidade. Além do atendimento habitual, a diretoria criou uma força-tarefa e dedicou consultores jurídicos para trabalhar em conjunto com a equipe criada no âmbito da Superintendência Nacional do Atendimento Jurídico e Controle da Rede e da Gerência Nacional do Atendimento Jurídico (Suaju/Geaju), como explica o diretor jurídico, Gryecos Loureiro.

"Isso garantiu que as respostas do jurídico fossem emitidas em curto intervalo de tempo (muitas em poucas horas), bem como possibilitou uma proveitosa parceria entre os times das áreas de negócio e de governo", diz. Ele também destaca que a atuação do contencioso, liderado pela Superintendência e pela Gerência Nacional do Contencioso (Suten/Geten), foi "determinante" para a organização de uma atuação voltada a garantir o seguimento dos trabalhos.

Loureiro explica ainda que os desafios impostos pelo distanciamento social tiveram uma dimensão facilitadora para alguns dos projetos de inovação gestados no âmbito da Dijur, como a extensão do trabalho remoto em nível nacional, além da possibilidade de utilização mais racional dos espaços da CAIXA. "Na Dijur nós preferimos ver o trabalho remoto como uma grande oportunidade. Na nossa visão é uma modalidade de trabalho que pode agregar muito valor para os negócios da CAIXA e também para as suas áreas de suporte. Alguns desafios serão diferentes, em especial para os gestores, sem que sejam, entretanto, maiores ou menores que os desafios habituais", diz.

Com a tecnologia como aliada, alguns aspectos da pandemia anteciparam avanços necessários na CAIXA. O gerente do Jurídico de Brasília (Jurir-BR), Ildemar Egger Junior, destaca avanços como a criação da conta digital e a inclusão bancária de milhões de brasileiros. No entanto, outros desafios foram impostos e aceleraram ainda mais essa evolução, como o trabalho remoto, as reuniões e audiências online, o que exigiu um processo de adaptação muito rápido dos jurídicos, na condução das equipes, no atendimento de prazos e outras atividades, em especial na conciliação com as demais atividades da vida diária, em razão do home office.

Na opinião de Egger, com o ingresso do Judiciário na "Era Digital", os advogados precisaram se adaptar à novas tecnologias, como o processo digital, assinatura eletrônica, dentre outros. Além disso, o teletrabalho pode trazer a redução de custos para o jurídico da CAIXA, com a liberação das instalações e o bem-estar dos empregados, que podem organizar a vida profissional em casa, sem o deslocamento, o que proporciona qualidade de vida. "Mas é bom lembrar que determinadas atividades ainda carecem da presença os empregados, em especial algumas poucas atividades administrativas, o que nos motiva a pensar em novas soluções para adaptação a esta nova realidade", considera.

Apesar de alguns impasses relatados pelos advogados (entre eles a dificuldade para o contato com os estagiários por causa do sistema e do acesso diferenciado que eles têm), o diretor jurídico da Advocef, Ricardo Carneiro Cunha, salienta que agora se verificam as vantagens do home office. Sendo assim, a ideia é melhorar as condições de trabalho nas residências dos profissionais.

"Advocef deve pautar as preocupações e estar antenada na busca de viabilizar que passemos esse período de muitas agruras da melhor maneira possível. Temos consciência que não será uma tarefa fácil", pontua o diretor jurídico da entidade. Para ele, o que realmente ficará após a pandemia é um jurídico mais ágil, virtual e comprometido com os resultados.

UMA EXPERIÊNCIA PARA A VIDA

"O jurídico é um dos principais parceiros de negócios da CAIXA. Atuamos fortemente na defesa dos interesses da empresa em vários momentos durante a pandemia, em especial para garantir o funcionamento das agências dentro da legalidade e com cuidado quanto às situações que poderiam expor o banco ao risco jurídico. Tive a oportunidade de realizar atendimento nas agências, ensinando a utilizar o aplicativo CAIXA Tem, e na liberação dos recursos. Essa experiência marcou muito a minha vida e tenho certeza de que também sensibilizou os demais advogados que puderam participar ativamente deste momento tão importante para a população brasileira. O espírito de servir ao público quando a dificuldade se apresenta, e poder ser solução, é de fato inspirador para nos motivar a prestar um serviço de qualidade na defesa dos interesses da CAIXA." - Ildemar Egger Junior sobre sua atuação junto às agências durante a pandemia



Foto: Arquivo Pessoal



Foto: Arquivo Pessoal

Para Ricardo Cunha, Advocef deve buscar melhorias na nova modalidade de trabalho

Em ascensão: advogadas comentam participação feminina na gestão da CAIXA

Foto: VIPES/CAIXA



Girlana Peixoto, vice-presidente de pessoas da CAIXA

Gestoras compartilham histórias e incentivam outras mulheres a progredirem nas carreiras profissionais

De acordo com o estudo "O Ciclo de Vida do Gap de Gêneros", da consultoria internacional Oliver Wyman, nas dez maiores instituições financeiras do Brasil, apenas 8% dos altos executivos e 10% dos membros dos conselhos são mulheres. Ainda segundo o estudo, publicado em 2018, dois dos dez maiores bancos não possuem nenhuma mulher entre os altos executivos. Porém, conforme sugere uma pesquisa do Fundo Monetário Internacional (FMI) essa desigualdade deve ser revista, entre outros pontos, porque bancos com maior porcentagem de mulheres na chefia ou no conselho apresentam melhores indicadores de "colchão financeiro" em relação à volatilidade dos ganhos.

Como maior banco da América Latina, aos poucos a CAIXA tem acompanhado esse processo de mudança. Um exemplo recente é a advogada Girlana Granja Peixoto aprovada, em março, no Processo Seletivo Interno (PSI) para o cargo de vice-presidente de pessoas. Ao longo dos últimos 18 anos, ela atuou nos projetos estratégicos implementados pela CAIXA e contribuiu para a empresa vencer cada desafio, o que fez o processo da ascensão profissional ocorrer naturalmente. Para a advogada, a chegada na Vice-presidência de Pessoas (Vipes) passa pelo processo da CAIXA de reconhecer que a necessidade de diversificação. "Primeiro veio o trabalho a ser feito e a consequência foi a função. Nós mostramos trabalho e a ascensão vem naturalmente. A minha chegada na Vipes é um marco na CAIXA e mostra que as mulheres são valorizadas e são importantes", avalia. Atualmente, a CAIXA conta com três mulheres no conselho diretor, grupo do qual a advogada faz parte. Para ampliar esse número, o primeiro passo, segundo ela, é que as mulheres busquem a capacitação e se candidatem aos cargos. "Precisamos de mais candidatas aptas, com pré-requisitos e disposição de passar pelo processo e assumirem a responsabilidade de estarem nessas posições. Se não estivermos dispostas a participar dos processos, nunca seremos escolhidas", completa a vice-presidente de pessoas da CAIXA.

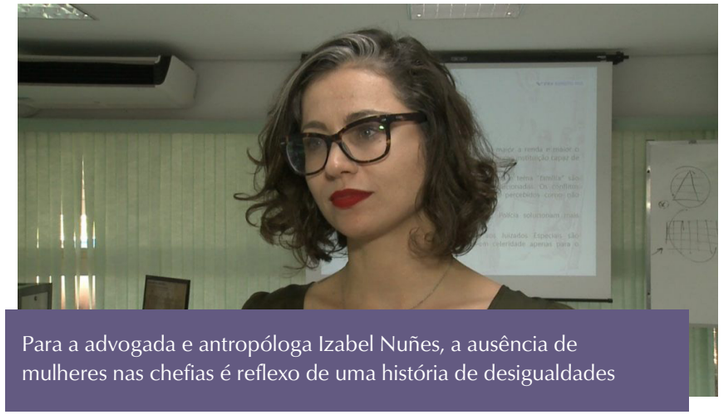


Foto: Reprodução/Internet

Para a advogada e antropóloga Izabel Nuñes, a ausência de mulheres nas chefias é reflexo de uma história de desigualdades

Foto: ArquivoPessoal



Bianca Siqueira Campos de Almeida gerente do Jurídico de Maceió

> "Quanto mais intensa for for a atuação de todos nos processos decisórios, mais próximos estaremos de alcançar resultados positivos em nosso trabalho" - Anna Claudia de Vasconcellos

Desafios

De modo geral, quando o assunto é a ascensão profissional de mulheres, as dificuldades são praticamente as mesmas no setor privado ou no serviço público. Entre os obstáculos estão as normas sociais e culturais, vieses inconscientes e os processos de seleção e progressão de carreira, como explica a advogada e antropóloga Izabel Nuñes. Na avaliação dela, a situação é reflexo de um passado em que as mulheres não tinham controle das próprias vidas, o que contribuiu para dificultar a presença em diversas áreas. "Essas mulheres partem de um lugar de desigualdade, então é preciso reconhecer, olhando para a história, tudo que aconteceu ao longo dos séculos na sociedade ocidental de controle e dominação sobre as mulheres", afirma. Para a especialista, o movimento iniciado com as sufragistas em busca do direito pelo voto impulsionou o questionamento sobre a sociedade patriarcal, reflexão que tem se consolidado recentemente com a primavera feminista e contribuiu para mais mulheres conquistarem espaços.

Uma mudança gradativa

Na opinião da gerente do Jurídico de Maceió (Jurir-ME), Bianca Siqueira Campos de Almeida, ainda há resistência de parte da sociedade quando o assunto é a liderança feminina e grande parte dessa questão advém de outras mulheres. Na CAIXA desde os 25 anos de idade, ela sempre esteve atenta às oportunidades que o banco oferecia e se dedicou para entregar os melhores resultados à empresa. "Os maiores dificultadores que encontrei foram a resistência de parte da equipe em ser liderada por uma mulher e o acúmulo de tarefas extra trabalho que a vida ainda impõe para as mulheres", conta. Para ela, a questão trata-se de um problema estrutural e necessita da atenção de toda sociedade.

Às colegas que pensam em ascender profissionalmente, mas ainda sentem medo de se desafiar, Bianca aconselha que busquem a autoconfiança, pois as equipes precisam de líderes seguras. "Penso que com o desenvolvimento da autoconsciência e o investimento em suas habilidades, elas conseguirão superar essas barreiras", diz.

No âmbito associativo, pela primeira vez na história a Advocef é presidida por uma mulher. Em 2018, a advogada da CAIXA Anna Claudia de Vasconcellos assumiu o cargo que durante 26 anos foi ocupado por homens. No segundo biênio chefiado por ela, a participação feminina na associação aumentou. Atualmente, a entidade conta com 15 mulheres que, juntas, integram a Diretoria, os Conselhos Fiscal e Deliberativo, a Comissão de Honorários e os Representantes de Jurídicos. "A participação feminina na Advocef tem sido mais notável nos últimos anos e eu creio que esse é um passo importante para nossa entidade se tornar cada vez mais igualitária. Quanto maior for a atuação de todos nos processos decisórios, mais próximos estaremos de alcançar resultados positivos em nosso trabalho", comenta Vasconcellos.

PIX: A nova maneira de fazer transações bancárias

Crédito: Marcello Casal Jr_Agência Brasil



A Caixa é uma das instituições financeiras que aderiu ao PIX

Novo sistema faz transferências e pagamentos imediatamente a qualquer hora do dia, durante os sete dias da semana

Novidade e mais praticidade na rotina dos brasileiros ao realizarem as transações bancárias. Desde o dia 16 de novembro está em funcionamento o novo sistema de pagamento e transferência: PIX. Diferentemente dos pagamentos tradicionais TED e DOC, o PIX tem a vantagem de fazer transações de imediato, 24 horas por dias, nos sete dias da semana. A ferramenta é gerida pelo Banco Central e busca trazer inovações, digitalização dos pagamentos e inclusão financeira no Brasil.

Além dos bancos, será possível usar a novidade por meio de aplicativos de pagamentos. O PIX também opera como intermediário de pagador e recebedor, assim como ocorre hoje com as outras possibilidades disponíveis no mercado financeiro, para isso podem ser pessoas físicas ou jurídicas (incluindo entes governamentais) ou a combinação entre elas. Resumindo: o PIX pretende ser um TED a qualquer horas do dia, com maior disponibilidade de transações e com valor que cai na hora do recebedor, independe se as contas são de bancos iguais.

Para efetivar, é necessário o cadastro da chave Pix. Ela deve ser feita junto aos canais oficiais de atendimento dos bancos e instituições financeiras onde o usuário possui conta. A chave Pix representa o endereço da conta do usuário - pessoa física ou jurídica - e podem ser usadas quatro opções de forma de identificação: CPF/CNPJ, e-mail, número de telefone celular ou chave aleatória.

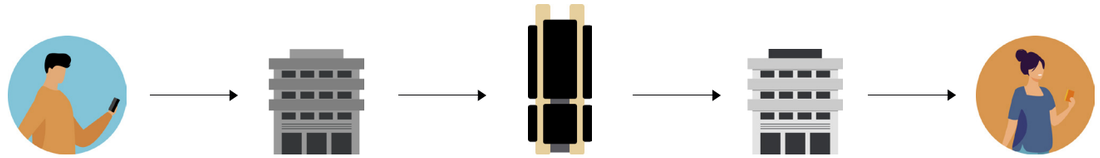
A última possibilidade é uma maneira de receber um Pix sem fornecer os dados pessoais, assemelha-se como um login, um conjunto de números, letras e símbolos gerados aleatoriamente e define a conta. Funciona da seguinte maneira, a operação está disponível nos aplicativos e sistemas para que os clientes possam escolher, como novo sistema não será necessário colocar conta e agência. Agora, basta apenas escolher a forma de identificação - CPF/CNJP, e-mail, número de telefone ou chave aleatória - preencher o valor e realizar a transferência, assim como já ocorre atualmente.

Para pagamento os usuários poderão gerar um QR Code de pagamento, que pode ser estático ou dinâmico. O primeiro, serve para várias transações entre duas pessoas, com valor fixo para um produto ou preenchimento de um valor pelo pagador. Na versão QR Code dinâmico há possibilidade de gerar tanto por quem vai pagar ou por quem receberá. O cliente escaneia o código pela câmera do celular e pronto, faz o pagamento. No caso dos estabelecimentos, podem gerar seus códigos e deixar visível para os clientes.

Teoricamente, não existe limite mínimo para pagamentos ou transferências via Pix. Também não há limite máximo de valores, mas cada instituição que oferta PIX pode estabelecer limites máximos de valor. Os critérios tem base na mitigação de riscos de fraude e de critérios de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

As principais vantagens do sistema estão na simplificação do serviço, disponível 24 horas do dia, todos os dias da semana, conclusão das transações em até 10 segundos e gratuidade para pessoas físicas e baixo custo para jurídicas. A adesão foi obrigatória para as instituições financeiras com mais de 500 mil contas ativas, segundo o Banco Central, isso representa os principais bancos, que correspondem a mais de 90% das transações no país.

Como funciona o PIX



PIX

Novo sistema de transações financeiras - pagamento e transferências. Os recursos são transferidos entre contas em poucos segundos. O Pix pode ser realizado a partir de uma conta corrente, conta poupança ou conta de pagamento pré-paga, de pessoas físicas ou jurídicas incluindo instituições distintas

Rápido, disponível e barato

Transações concluídas em até 10 segundos, recurso disponível para o receber em tempo real. Disponibilidade 24 horas por dias sete dias por semana, incluídos feriados e fim de semana sem custo para pessoa física e custo baixo para os demais casos

Fraudes

Na mesma velocidade que o serviço proporciona “revoluções”, já contabiliza fraudes e tentativas, como o surgimento de sites falsos. O Banco Central garante que o PIX tem os mesmos protocolos de segurança dos Sistema Financeiro Nacional que são operacionalizados no TEC e DOC. Dessa forma, para fugir de possíveis golpes e prevenir invasão das contas a recomendação é evitar links recebidos por SMS, redes sociais ou e-mail e usarem, preferencialmente, os aplicativos dos bancos.

Advogados da CAIXA se preparam para o pós-pandemia

Banco pretende expandir a modalidade para demais áreas da empresa

O teletrabalho foi adotado por diversos órgãos da Administração Pública nos últimos meses e a tendência é de que o novo modelo seja mantido, já que além de permitir a manutenção das atividades, o home office dos servidores poupou R$ 1,02 bilhão dos cofres públicos, entre abril e agosto, de acordo com o Ministério da Economia.

Com o avanço da pandemia, a Diretoria Jurídica da CAIXA (Dijur) expandiu o trabalho remoto em nível nacional. O projeto, que estava sendo desenvolvido em caráter experimental antes do surto de coronavírus, mostrou resultados positivos à empresa. Por isso, em junho deste ano, o presidente do banco, Pedro Guimarães, revelou durante entrevista à CNN Brasil a intenção de estender o modelo após o fim do isolamento social. "Posso adiantar para vocês, estávamos discutindo hoje: vamos expandir o home office para depois da pandemia", disse Guimarães à emissora.

À frente da Superintendência Nacional do Contencioso (Suten), o advogado Leonardo Faustino diz que, no início do trabalho remoto, o principal desafio foi não ter o contato diário com os colegas na unidade, porém, o fato da evolução tecnológica ter permitido o amplo acesso às reuniões virtuais se mostrou um ponto positivo para fins de pontualidade nas reuniões e possibilidade de troca imediata das salas.

Ele avalia que a atividade jurídica da Suten se adaptou bem à nova forma trabalho e a modalidade trouxe maior dinâmica à atuação processual, principalmente junto aos Tribunais. "Já tivemos experiências em despachos e sustentações orais de maneira virtual que surpreenderam pela pontualidade dos magistrados e pela atenção que eles dispensam aos advogados nesse tipo de contato", conta Faustino.

O pós-pandemia

O diretor jurídico da CAIXA, Gryecos Loureiro, diz que, além do esforço e dedicação dos advogados, o saldo positivo também conta com o trabalho da Vice-presidência de Tecnologia e Digital do banco (Vitec), responsável pelas soluções tecnológicas apresentadas nos últimos meses.

"Dá um 'baita' orgulho trabalhar com o pessoal da CAIXA. Na nossa avaliação, e em especial pelos feedbacks que recebemos dos jurídicos regionais, as soluções para o atendimento do trabalho remoto superaram as expectativas e possibilitaram o desempenho das atividades jurídicas", comenta.

Favorável à ampliação do teletrabalho, Loureiro avalia que o Jurídico da CAIXA não terá dificuldades de adaptação no mundo pós-pandemia e salienta que a extensão da modalidade de trabalho remoto pode ocorrer em diversas áreas da empresa. Segundo ele, a estruturação da nova realidade é liderada pessoalmente por Guimarães e pelos vice-presidentes do banco. "A Dijur tem todo interesse em manter o trabalho remoto para atividades jurídicas e do administrativo, em percentual ainda não definido", expôs o diretor jurídico.

Apesar das incertezas para o futuro, a capacidade de adaptação tanto da estatal, quanto dos empregados, tranquiliza o Loureiro. Ele acredita que os desafios movem o time da CAIXA e superá-los é um grande motivador para todos. "Na Dijur não será diferente, pois temos o privilégio de ao mesmo tempo atender uma única 'cliente', mas que possui demandas de matizes variadas, o que faz com que nossa atuação seja ao mesmo tempo desafiadora e muito prazerosa", conclui.



Foto: ArquivoPessoal



No home office, a advogada Maronne Soares Rego concilia as audiências virtuais com a vida em família

Audiências virtuais surgem como alternativa durante o isolamento social

Flexibilização própria do ambiente virtual permite maior interação com outras áreas, otimiza os processos e reduz custos, avaliam advogadas

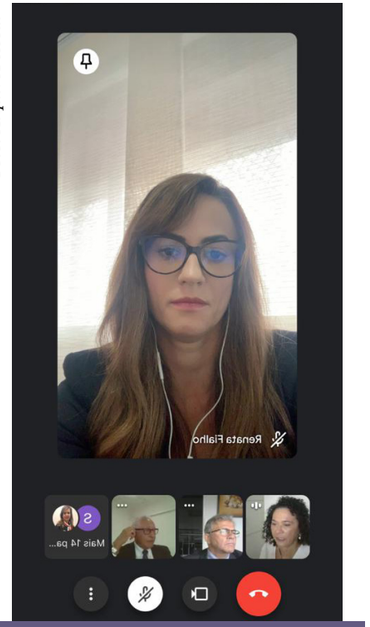
Com a evolução da pandemia, o Judiciário precisou adaptar o formato das sessões de julgamentos para dar continuidade às atividades jurisdicionais no Brasil e a tecnologia se tornou uma forte aliada nesse sentido. Agora, sessões virtuais, telepresenciais e a possibilidade de sustentação oral por meio eletrônico fazem parte do novo normal na atividade jurídica.

A modalidade também se tornou parte da rotina de trabalho dos advogados da CAIXA e também facilitou as negociações do Núcleo de Conciliação do banco, no Jurídico de Belo Horizonte (Jurir-BH). Antes de iniciar as audiências virtuais, o Núcleo estreitou as relações com a Central Judiciária de Conciliação (Cejuc), o que permitiu expor os parâmetros da CAIXA para fazer as conciliações e otimizou o recebimento dos processos. Com o novo formato, a audiência não imprescinde preposto, o que dá a sensação de autonomia à advogada Maronne Soares Rego do Jurir-BH. "Com essas audiências virtuais e a forma que nós temos trabalhado com a Coordenação de Conciliação, é a primeira vez que eu sinto que realmente estou fazendo diferença na CAIXA, sinto que a empresa confia mais em mim", diz.

Ela explica que esse tipo de audiências virtuais também aproximou o Núcleo de Conciliação da Caixa Seguridade, porque a partir do momento que são encaminhados os processos pelo Cejuc sem prazo para contestar, sem citação, os advogados têm um maior prazo para trabalhar nos casos. Entre outros pontos, nesse período é marcada a audiência e o advogado aponta se tem subsídios ou não. "Eles designam a audiência com um determinado prazo, a gente tem tempo de entrar em contato, se for o caso, com o gerente para conversar sobre o perfil do cliente, saber se é válido manter a fidelização, se é compensatório o acordo... se em alguns casos suspeitarmos de má fé, pedimos opinião do gerente", detalha.

Segundo ela, os advogados têm solicitado mais subsídios à Caixa Seguridade e esse trabalho permite que antes da citação a Caixa Seguradora entre em contato com os clientes e faça acordo, o que tem gerado resultados. Para a advogada, a aproximação com o Judiciário e a abertura que deram para trabalhar o processo antes, garante mais liberdade. Nesse sentido, se durante o período de tratamento do processo já tenha sido indicado o caso para audiência, é possível solicitar o adiamento da sessão caso os advogados identifiquem que não haverá proposta. "Por essa flexibilidade, as audiências não estão sendo feitas por fazer. Fazemos quando entendemos que dá resultados para a CAIXA. A gente tem feito audiências num processo que há grandes possibilidades de acordo ou para esclarecer pontos essenciais, inclusive em questão de má fé do autor", conta.

Foto: ArquivoPessoal



Renata Fialho durante audiência virtual

Na opinião dela, a tendência é que o modelo de audiências virtuais se estenda no período pós-pandemia. "Acho que tem facilitado muito nesse período entre a indicação e a designação da audiência. Nós temos sido orientados a procurar as partes para tentativa de conciliação por WhatsApp ou e-mail... teve uma semana que de cinco audiências designadas, três nós fizemos acordo antes da audiência, então por essa experiência positiva acho que o modelo não vai acabar", opina.

Normas

Para garantir o andamento dos processos durante a pandemia, cada Tribunal Regional Federal (TRF) criou uma regra específica com relação às sessões virtuais. Entre as principais normas estão os tipos de processos, questões de acesso e formato de arquivos (caso o advogado opte pela sustentação oral de argumentos).

Na avaliação da advogada da CAIXA Renata Fialho de Almeida, do Jurídico do Maranhão (Jurir-MA), o pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT-MA) se adaptou bem à nova realidade. No TRT-MA, ao solicitar a inscrição o processo é retirado de pauta e colocado em nova sessão telepresencial, destinada exclusivamente para processos com sustentação. Para a associada da Advocef, essa nova forma procedimental representa uma economia de tempo, na medida em que os advogados não precisam se deslocar dos escritórios, que muitas vezes ficam em outras cidades. Além disso, significa redução de gastos para todos os envolvidos e atende aos princípios da ampla defesa e contraditório. "Entendo que, além de ser uma opção apenas emergencial, a sustentação oral à distância é uma ferramenta que pode ser adotada como rotina nos Tribunais", comenta Fialho.

Uma perspectiva diferente...

A informalidade do ambiente virtual permite comportamentos que não seriam aceitos numa audiência presencial, avalia o advogado Paulo Caetano Horta Júnior, da Representação Jurídica de Niterói (Rejur-NI). Apesar de ainda não ter realizado instruções típicas com oitivas de testemunhas de empregados de forma virtual, o advogado entende que CAIXA deve lutar para que audiências e questões de julgamento sejam presenciais. Escritórios de advocacia com grande volume de casos têm criado petições nesse sentido, a justificativa é que podem existir prejuízos diante das dificuldades para orientar a testemunha e da perda de qualidade das audiências online. "Sem o fator olho no olho as pessoas não se sentem intimidadas, não se tem vergonha de mentir para o juiz. Certos tipos de constrangimentos, quando ocorrem presencialmente, são diferentes numa tela de computador", expõe.



Imediações do Fórum em tempos de pandemia

O legado de vidas dedicadas à CAIXA

Advocef reúne depoimentos de colegas que homenageiam a carreira profissional dos advogados José Carlos Pinotti Filho e Adonias Melo de Cordeiro, ambos falecidos neste ano



Foto: AcervoAdvocef

Foto tirada durante a abertura do Congresso da Advocef em Belém - PA

Profissionalismo, competência, alegria e paixão pela música são adjetivos capazes de descrever duas pessoas que ajudaram a fazer a história da Associação Nacional dos Advogados da Caixa Econômica Federal (Advocef) e marcaram a vida de muita gente no jurídico do banco: José Carlos Pinotti Filho e Adonias Melo de Cordeiro, ambos falecidos em 2020. Com o depoimento de colegas, que caminharam ao lado deles durante a jornada na CAIXA, a associação homenageia a trajetória dos profissionais e destaca o quanto foram queridos por onde passaram.

José Carlos Pinotti Filho faleceu em 11 de maio, vítima de Covid-19. O paranaense, admitido na CAIXA em 26 de junho de 2001, fez questão de se filiar à Advocef em 31 de junho daquele ano, dias depois de assumir o cargo. Na instituição, atuou como diretor-tesoureiro e segundo secretário entre 2004 e 2010.

No banco, Iniciou a trajetória na Representação Jurídica de Londrina (Rejur/LD), foi gerente do Jurídico de Belém (Jurir/BE), atuou na Gerência Nacional de Tribunais Superiores (GEATS), trabalhou ainda como gerente no Jurídico Bauru (Jurir/BU) e, em fevereiro deste ano, reassumiu a gerência do Jurir/Belém. No caminho, marcou histórias e deixou um rastro de felicidade por onde passou.

O amigo que se tornou um irmão

O ex-presidente da Advocef Altair Rodrigues de Paula trabalhou com Pinotti na Representação Jurídica de Londrina (Rejur/LD). Para ele, além de competente advogado, Pinotti foi um grande colaborador da associação, que participou ativamente das gestões de 2004/2006 e 2006/2008 como tesoureiro, na época em que os rateios não eram informatizados e demandavam várias horas de trabalho para a elaboração. Além disso, destacou o trabalho dele em 2010 como segundo secretário.

A personalidade de Pinotti tornava fácil a convivência em todos os ambientes. Altair lembra que ele ria das situações, era sério quando necessário, trabalhador na hora que precisava e descontraído nas horas vagas. Além disso, vivia falando da família e dos filhos com um carinho especial.

"Tínhamos uma amizade. Sempre estávamos juntos. Trabalhávamos na mesma área, nos dedicávamos aos interesses da associação durante vários anos, então os assuntos viviam misturados. Era conselheiro e divergíamos às vezes, mas isso nunca abalou a consideração e amizade que tivemos", contou.

O relato da advogada Patrícia Raquel Caires Jost Guadanhim tenta resumir em palavras um sentimento que não tem tradução. Ela conta que em 2005, quando foi lotada para atuar na Rejur/LD, logo foi ajudar na Advocef, onde Pinotti também colaborava, e a interação entre os dois foi imediata.

O cuidado de Pinotti com os trabalhos na Associação é lembrado com carinho por Patrícia, que foi a suplente do colega tesoureiro, que sempre fazia questão de conferir tudo sobre o rateio mais de uma vez para que não houvesse erros.

"Éramos mais que simples colegas, éramos amigos verdadeiros. Tínhamos uma sinergia no trabalho e a troca de auxílio diário era muito próxima. Muitas vezes vi o Pinotti de férias da CAIXA indo à Rejur, pois dizia que os honorários não podiam atrasar, já que muitos colegas usavam como sustento", lembrou.

A paixão pela música

O diretor jurídico da CAIXA, Gryecos Loureiro, recorda do tempo em que Pinotti atuou na Gerência Nacional de Tribunais Superiores (GEATS). O temperamento diferente, a forma de lidar com os desafios e propor soluções garantiu o aprendizado mútuo e tornou o campo profissional muito produtivo para os dois.

Fora do banco, os dois tinham muita coisa em comum, como o hobby de tocar contrabaixo e a paixão por rock, o que sempre mantinha os amigos em contato. Um dos fatos inusitados que marcou a lembrança de Gryecos foi a felicidade do amigo ao conquistar um álbum autografado da banda Queen.

"Eu lembro da felicidade que ele ficou quando conseguiu um álbum em vinil do Queen autografado, no ano passado. Não sei como ele conseguiu, mas me mandou foto, ficou muito empolgado com isso. Ele mesmo não estava acreditando e ficou muito feliz, eu me lembro da felicidade dele", disse.

A saudade

Com a voz embargada e emocionado pela perda, o advogado Salvador Congentino Neto lembra das semelhanças que tinha com o amigo. Além do senso de humor, a personalidade fez com que os dois desenvolvessem uma intensa amizade durante as carreiras na CAIXA.

"Eu gostava demais do senso de humor dele e a gente costumava conversar por telefone sobre os mais variados assuntos. Ele era um apaixonado por música, pelo rock e me mandava os vídeos dos roqueiros que gostava, então nós sempre estávamos conversando", relatou.

Salvador Congentino Neto acompanhou os últimos dias do amigo José Carlos Pinotti Filho e testemunhou a dedicação do advogado, que trabalhou e participou de reuniões dias antes de ser internado.

O choque da partida não conseguiu apagar as lembranças do homem alegre, que gostava da vida, extrovertido, amigo, simpático e animado, que foi Pinotti. Essas características fizeram dele um bom gestor de pessoas, que contribuía para tornar o trabalho mais leve. Por onde passava conseguia influenciar positivamente e fazer as pessoas gostarem do trabalho, da CAIXA e do jurídico, como contou Salvador.

"No ambiente de trabalho às vezes nós temos relações mais impessoais, mais formais, mais cordiais... ele era um amigo de verdade! Essa proximidade, essa pessoalidade, essa confiança vão deixar saudades, vai fazer falta e não vai ter reposição", disse.

Gravado na memória

"Amigo é coisa pra se guardar debaixo de sete chaves, dentro do coração". O trecho da Canção da América, de Milton Nascimento, é o pano de fundo para falar de um grande amigo e colaborador da Advocef. Adonias Melo de Cordeiro partiu de forma precoce, mas, iluminou os caminhos e marcou a todos com sua doçura, amabilidade e paixão pela música.

Advogado da CAIXA desde 2001, ele estava lotado no Jurídico de Fortaleza (JURIR-FO). Na Advocef, integrou o Conselho Fiscal no período de 2010 a 2016, ano que assumiu a presidência do Conselho no último mandato. Foi representante re-



Foto: AcervoAdvocef

No Jurídico

gional no estado do Ceará nos entre 2006 e 2010 e, também, teve uma participação extensa na Comissão de Honorários.

Eclético, o advogado escutava todos os estilos e sempre fazia questão de levar um item essencial em suas viagens à trabalho: uma caixinha de som para garantir música e alegria por onde passava. E tocava de tudo! Forró, música clássica, erudita... melodias que davam o tom de um ser humano considerado pelos amigos como um homem tranquilo, afetuoso, brincalhão e dono de uma alegria contagiante. Muitos advogados ainda guardam os CDs com canções selecionadas por Adonias, como revela a presidente da Advocef, Anna Claudia de Vasconcellos.

"Adonias foi a pessoa mais doce que conheci na CAIXA. Apreciador de música, presenteava os amigos com CD's com faixas por ele selecionadas. Tive o privilégio de ter sido alçada a essa categoria: ganhei meus CD's. Adonias era presença certa no Congressos da Advocef e encontros técnicos, muito engajado no movimento associativo. Não faltava às plenárias, nos últimos anos, acompanhado de seus chás. Também não faltava às festas", recorda.

Quem também compartilha boas lembranças com o advogado é o vice-presidente da Advocef, Fernando Abs, que entrou na CAIXA junto com Adonias, em 2001. Abs lembra que o colega dedicou os últimos 19 anos ao trabalho no Jurídico de Fortaleza (Jurir-FO) e, na Advocef, integrou o Conselho Fiscal, foi representante regional no estado do Ceará e, também, participou da Comissão de Honorários.



Foto: AcervoAdvocef

Adonias recebe homenagem pelos dez anos de associado

Abs conta que os dois tiveram uma proximidade maior em 2018, quando foram designados para fazer um trabalho no Jurídico de Belém. Segundo ele, os dois trabalhavam sempre ao som de uma música de fundo. Além disso, o tempo juntos fez o vice-presidente da Advocef conhecer um pouco mais do amigo, que, segundo ele, tinha uma personalidade muito agradável e fácil de lidar, o que contribuiu com os resultados positivos do trabalho que desenvolveram juntos.

"O Adonias era uma pessoa do bem, muito religioso e naquela ocasião me deu um presente que eu guardo com muito carinho e agora ainda mais: um evangelho em português e inglês, um livrinho com o Novo Testamento. Ele era uma pessoa do bem, um espírito elevado. Nós perdemos um grande amigo, lamentavelmente é uma tristeza", diz.

Para o diretor de relacionamento institucional da Advocef, Carlos Castro, falar em Adonias é falar de um bom amigo, de um bom companheiro de associação, que teve serviços relevantes prestados aos advogados da CAIXA.

"Na presidência da Advocef, quando tomei posse no meu segundo mandato, eu tive o privilégio de homenageá-lo pelos seus dez anos de CAIXA e de associado. Adonias marcou época na nossa associação, no nosso Conselho Fiscal, foi um associado combativo e participante", comenta Castro, que também ganhou CDs gravados por Adonias, presentes que afirma guardar com carinho e vez ou outra tem a oportunidade de ouvir.

O advogado Angelo Ricardo Alves da Rocha conta que soube da paixão de Adonias pela música no último Congresso da Advocef no Ceará. "Nós conversamos um pouco e logo se ofereceu para gravar algumas músicas de seu acervo para mim e minha esposa. Ao fim do evento nos presenteou com uma coletânea de forrós que selecionou durante os dias do Congresso. Pessoa gentil que deixará saudades".

Aprendizado

A advogada Melissa dos Santos Pinheiro Vassoler Silva atuou ao lado de Adonias no Conselho Fiscal da Advocef entre 2014 e 2016. Para ela, a oportunidade foi um aprendizado enorme e a experiência que ele



Amigos confraternizam ao lado de Adonias

Foto: Ivo Ferro

tinha no Conselho e na advocacia da CAIXA, contribuíram para o crescimento profissional dela.

"Eu pude vivenciar momentos de sua generosidade sem tamanho. Além dos CD's, o Adonias trazia calendários, quitutes típicos do Ceará, e alegria que a todos contagiava durante as reuniões. Ele era um ser de luz, apaixonado pela família, de quem sempre falava orgulhoso, e por seu ofício. Tenho certeza de que o céu está em festa e de que sua missão aqui na Terra foi cumprida! Agradeço a Deus a oportunidade que tive de conhecê-lo e espero que sua família saiba o quanto ele era querido na CAIXA e na Advocef."

O guerreiro

A presidente da Advocef, Anna Claudia de Vasconcellos lembra da fé e do otimismo do amigo na conversa que tiveram pouco antes dele ir para a Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Muito religioso, Adonias se afirmava um guerreiro de Deus.

"Tinha certeza de que venceria a luta. Todos tínhamos! Todos acompanhamos a batalha, emanando energias de cura e superação. Se afirmava um guerreiro de Deus. Acredito. Como lutou! Certamente, Ele o receberá como um guerreiro da boa luta. Ontem soube que em sua última veste estava com o broche da Advocef. Impossível conter a emoção, nem as lágrimas! Fará falta. Muita falta. Vá em paz querido e doce Adonias!"

O diretor de relacionamento institucional, Carlos Castro lamenta a partida prematura do amigo e afirma que o advogado fará muita falta não só ao Jurídico de Fortaleza, mas também a toda categoria de advogados da CAIXA.

"Deus me presenteou com esse privilégio de tê-lo como amigo e de guardá-lo para sempre na lembrança como um homem de bem, um excelente pai de família e um grande amigo. Adonias vive!"

A Advocef agradece aos colegas que, mesmo abalados e profundamente tocados pela perda, contribuíram para a produção deste material que relembra a trajetória dos nobres amigos José Carlos Pinotti Filho e Adonias Melo de Cordeiro. Obrigada por nos permitirem registrar que além de grandes advogados, eles também foram filhos, pais e grandes amigos que permanecerão vivos em nossas lembranças.



Adonias Melo de Cordeiro

★ 30/05/1956 † 29/09/2020



José Carlos Pinotti Filho

★ 06/02/1973 † 11/05/2020

INSTITUTO DE INGLÊS JURÍDICO

THIAGO CALMON ENGLISH

Matrículas Abertas!

Advocef

Descontos para associados.

English Thiago Calmon

Cursos de Inglês Jurídico e Contratos Internacionais via VIDEOCONFERÊNCIA "Ao Vivo" Online.

VAGAS LIMITADAS!

TURMAS DE ATÉ 10 ALUNOS.

CURSO DE CONTRATOS INTERNACIONAIS: INTERPRETAÇÃO E ELABORAÇÃO

Início: 10 de Junho

Contract Law . Theory . Cases . Intellectual Property . Negotiations . Drafting International Contracts . Compliance . Mergers and Acquisitions

CURSO DE INGLÊS JURÍDICO THE BRITISH LEGAL SYSTEM

Sistema Jurídico Britânico
Prática Jurídico Internacional
Direito Empresarial - Company Formation and Capitalization
Direto Contratual - Contract Law - Contract Formation
Civil Procedure

Início: 11 de Junho

Contato:
maira.teodoro@thiagocalmonenglish.com
www.thiagocalmonenglish.com



Foto: ArquivoPessoal

“A day in the life...” na quarentena

Bruno Queiroz participou de lives musicais durante isolamento social

Durante o isolamento social, associado Bruno Queiroz promoveu diversas lives relacionadas à sua paixão pela música e, especialmente, pelos Beatles

Um enredo composto por influência do pai e de dois tios, que tem como fundo musical o som de um piano e de um violão tocando Rock’n Roll. Se fosse possível descrever a relação do advogado Bruno Queiroz, de 41 anos, com a música certamente esses detalhes fariam parte da explicação.

Aos 11 anos, o hoje filiado da Advocef ganhou um Piano do pai e aprendeu a tocar o instrumento, o que, segundo ele, contribuiu em sua formação pessoal. A primeira canção que tocou no teclado foi Asa Branca de Luiz Gonzaga. A música, para ele, envolve e desperta o interesse de quem está disposto a aprender, com muitas vantagens, dentre elas, a autoconfiança, o estímulo em relação às conexões sociais, a coordenação motora e a redução de estresse.

Ao longo de sua jornada, Bruno também aprendeu a tocar Violão e fez questão de manter o hobby como algo natural em casa, mesmo com a intensa rotina profissional de advogado e coordenador jurídico da CAIXA, professor de Direito Penal e presidente do Conselho Editorial da Revista de Direito da Advocef. Agora, da mesma forma como recebeu incentivo da família, também busca motivar a filha Maria Beatriz, de 7 anos, e o enteado Leonardo, de 13 anos, que estão aprendendo a tocar Ukulele.

“Sempre digo que o tempo é filho do desejo. Realmente não é fácil conciliar as atividades, mas no caso da música não faço nada de forma profissional. Já toquei em bandas no passado e recebi guns convites mais recentes para voltar aos palcos, mas fica difícil conciliar, então eu prefiro me conectar com a música de forma mais suave”, conta.

O quarteto que faz parte de uma vida

Apaixonado por rock, Bruno inseriu gênero musical em momentos marcantes da vida, como festas temáticas de álbuns da banda *Pink Floyd*, ou como quando tocou para um público de mil pessoas na abertura da Semana Científica da Unichristus, em 2018, em parceria com outro colega professor. O repertório especial estava repleto de músicas dos ***Beatles***, quarteto que marca outros momentos especiais de sua história.

“No meu casamento toquei ‘Hey Jude’ com um piano no meio do salão de festas e todos os convidados cantaram com plaquinhas o trecho ‘na na na’. Foi um momento bem legal. O aniversário de um ano da minha filha também é outro destaque! Foi com o tema Beatles Yellow Submarine e tinha uma banda tocando músicas do quarteto”, lembra.

O advogado, que sempre foi acostumado a reunir amigos para tocar se viu diante de uma nova oportunidade de levar o som dos Beatles mais longe, mesmo diante do isolamento social imposto pelo novo coronavírus. Desde o início da pandemia, ele promove lives em parceria com o pianista Felipe Adjafre para tocar canções da banda ao som do piano, iniciativa muito elogiada e com uma audiência bem acima do esperado. O sucesso o motivou a promover outras duas transmissões sobre o Rock Brasil anos 80, que também foram muito prestigiadas.

“A fórmula do sucesso foi que tocávamos as músicas e depois explicávamos a história de cada uma das canções e isso despertou muita curiosidade nas pessoas. Na primeira live interpretamos *Yesterday, Something, Michelle, Let It Be, Hey Jude, Magical Mystery Tour, Eleanor Rigby* e *While My Guitar Gently Weeps*. Cada um no seu estúdio em respeito às normas de isolamento social”, conta.

O amante do rock internacional não esquece da riqueza e diversidade da música brasileira. Para ele, o Brasil é privilegiado em matéria musical, basta pensar em Tom Jobim, Vinícius, Djavan, Rita Lee, Cartola, Gonzaguinha, Elis Regina, Cazuza e muitos outros.

“Quando penso em música genuinamente brasileira acho que a bossa nova é nosso maior legado. Somente lamento que outros estilos musicais para além do Sertanejo não tenham o espaço devido. Uma das principais marcas da nossa música é a diversidade, e, quando o mercado vira suas atenções quase que unicamente a um estilo, quem perde é o público”, afirma.

Parafraseando *Friedrich Nietzsche*, ele diz que “sem a música, a vida seria um erro” e incentiva quem pensa em se aventurar, mas, que por algum receio, ainda não colocou o objetivo em prática.

“Não existe tempo ruim para aprender tocar um instrumento musical e, como já foi dito, no aspecto emocional e da autoestima, a atividade musical também ajuda muito”, comenta.

Viagem musical

Sempre que viaja, o advogado procurar fazer o link do roteiro com a paixão por música. Ele conta que até na hospedagem eu procuro detalhes, como se o hotel em que pretende se hospedar tem um piano no bar para tocar, além de tentar conciliar o período da viagem com a programação de shows e espetáculos musicais do local. Foi assim quando ele viajou para Liverpool, na Inglaterra.

“Fiquei hospedado no *Hard Days Night*, Hotel temático dos *Beatles*, localizado no *Beatles* Quarter, exatamente ao lado do *Cavern Club*. A inspiração é vista e sentida em todos os detalhes do Hotel. Nas paredes, sempre há vários quadros relacionados aos *Beatles*. No ambiente, sempre há música dos *Beatles* tocando. O quarto também é totalmente decorado com o tema *Beatles*. Depois de realizar o check-in, ao entrar no seu quarto, tocará uma música dos *Beatles*. Na parede, sempre há um belo quadro da banda. Lounge Bar com drinks temáticos, especialmente com as letras das músicas do quarteto. Os vinhos do restaurante possuem garrafas com caricaturas dos *Beatles*. Restaurante com cardápio temático do Quarteto de Liverpool. Também ganhei ingressos para o show da melhor Banda Cover dos *Beatles* da Inglaterra no *Cavern Club*, praticamente uma extensão desse maravilhoso Hotel. Sem dúvida, foi uma das melhores viagens que fiz”, completa.

> “Quando você acompanha os julgamentos de outras empresas consegue entender o que preocupa os ministros. Não é perda de tempo, é investimento, porque você se torna o rosto da CAIXA perante o Tribunal” - Guilherme Mair



Foto: Arquivo Pessoal

Suara Otto planeja viagens pelo Brasil e pretende se especializar em mecânica para garantir segurança nos percursos

A advogada que decidiu se aventurar em duas rodas

Motociclista há pouco tempo, a advogada da CAIXA, Suara Otto, garantiu espaço, no ambiente que, pelo menos por enquanto, é majoritariamente masculino

A advogada Suara Otto, 40 anos, há dois decidiu realizar o desejo de se tornar motociclista. Inspirada por colegas que já pilotavam, começou a se questionar se seria capaz de tirar a carteira e fazer viagens sob duas rodas.

O questionamento se tornou motivação e fez com que a advogada da Gerência Nacional do Contencioso da CAIXA (Geten) se matricular na autoescola e frequentar as aulas depois do trabalho na CAIXA. No início, o instrutor disse que se ela andava de bicicleta, pilotar uma moto seria fácil.

"Fácil não foi, mas conclui as aulas e fiz o teste. Passei, peguei minha carteira e comecei a andar de moto. Lembro que pegava motos dos meus amigos no início, o que foi muito bom para eu criar experiência principalmente na estrada", recorda.

Ela conta que no grupo de amigos motociclistas era a única mulher, uma realidade que tende a mudar. De acordo com dados do Denatran, o número de mulheres habilitadas na categoria "A" subiu de aproximadamente 4 milhões em 2011 para mais de 7,5 milhões, em 2019, o que o que representa um aumento de 89% em oito anos.

Ocupar espaços considerados majoritariamente masculinos, como ainda é o caso do motociclismo, é um desafio gratificante para Suara, que sempre buscou se destacar nas atividades que decidiu realizar.

"Meus filhos me acompanham na moto, acham lindo a mãe pilotando e já falam em pilotar também. Andar de moto é buscar a liberdade e entrar num mundo meio masculino, mas eu gosto de desafios e, principalmente, de mostrar o que a mulher pode ser capaz", afirma.

Duas rodas, vários destinos

Ao longo da trajetória como motociclista, uma das situações que mais marcou a advogada foi a primeira queda de moto. Ainda sem muita experiência, ela precisou fazer subir uma rampa e a moto caiu por cima da perna dela.

"Fiquei mancando por um tempo e com a perna toda roxa. Demorei uma semana para ter coragem de pegar a moto de novo e encarar subir a rampa outra vez. Consegui sem tombos e sem manchas roxas, mas principalmente sem desistir", conta.

O episódio não diminuiu o amor da advogada pelo motociclismo. Atualmente morando em Brasília (DF), ela vai de moto para o trabalho e já se aventurou em viagens para cidades próximas da capital federal, ao lado do namorado, que tirou a carteira para andar com ela.

"Já viajei para a Chapada dos Veadeiros e Pirenópolis, ambas em Goiás. Os próximos passos são fazer um curso de mecânica e uma viagem de 2.000 quilômetros visitando o interior de Minas Gerais com meu namorado (cada um na sua moto). Para esse projeto já estou montando o roteiro, vendo vídeos de viagens e preparando meu espírito", conta.

A aquarela do advogado Luiz Arthur

Associado aprendeu os primeiros traços ainda criança inspirado pela família de artistas. Hoje, ele usa a arte como um refúgio e forma de expressão em obras criadas com diferentes técnicas

"Numa folha qualquer eu desenho um sol amarelo e com cinco ou seis retas é fácil fazer um castelo. Corro o lápis em torno da mão e me dou uma luva e se faço chover com dois riscos tenho um guarda-chuva". O trecho de "Aquarela", uma das composições mais famosas do cantor e compositor Toquinho, ajuda a ilustrar a história de Luiz Arthur Marques Soares com o desenho e a pintura. Ele é advogado da CAIXA e associado da Advocef desde 2003.

Foto: ArquivoPessoal



O rosto de um vaqueiro

Assim como narra a letra da canção, o menino, hoje com 55 anos, arriscava os primeiros traços sem muitas pretensões, ainda na infância, inspirado pela mãe, Edla Marques Soares, e pelo tio, Jackson Marques, ambos artistas plásticos. O ambiente familiar criativo trouxe ao advogado a certeza de que o desenho e a pintura, feitos inicialmente em folhas de rascunho, seriam práticas constantes em sua vida, e assim ocorreu.

Ao longo da trajetória, o advogado do Jurídico de Fortaleza (Jurir-FO) conheceu diferentes métodos de pintura, aperfeiçoou as habilidades e recentemente iniciou trabalhos com a 'técnica aquarela', que na opinião dele requer um planejamento mais elaborado. "Quanto às obras em si costumo sempre escolher um tema e no desenvolvimento solto a imaginação, quanto mais desafiador melhor", conta.

Esse mix deu origem à pintura em aquarela intitulada "Homenagem aos Profissionais de Saúde", onde o artista reconhece a importância dessas pessoas, especialmente no atual contexto de crise sanitária vivida pelo Brasil e pelo mundo. Segundo ele, a arte o ajuda a manter a mente sadia neste momento de confinamento.

"Essa obra teve por inspiração minha esposa e filha, enfermeira e médica respectivamente. Foi a forma que encontrei de passar a mensagem de que acredito nelas e que a ciência vai vencer o vírus, tanto que o personagem aparece sentado no Covid-19 como se o domasse", conta.

Outra arte que Luiz Arthur destaca como uma das mais desafiadoras é o desenho "O rosto de um vaqueiro". "Nessa obra eu usei a técnica do 'pastel seco' que foi uma das mais desafiadoras até hoje. Doei para uma ONG da cidade de Independência-CE que faz um trabalho voltado para os trabalhadores rurais", conta.

O artista costuma expor as obras em concursos culturais como o "Talentos Fenae/APCEF", que tem o objetivo incentivar a produção de cultura dentro do universo dos empregados da CAIXA. Em 2019, o advogado participou e foi premiado nas categorias desenho/pintura, foto e poesia



Foto: ArquivoPessoal

Homenagem aos profissionais de saúde

Finitude infinita

Floriano Benevides de Magalhães Neto
JURIR-FO

A vida é formada por
muitos, muitos momentos
Um tempo triste aqui,
um outro tempo de
alegria
Aglomerações, solidão,
até mesmo isolamentos
Para continuarmos a vi-
ver esse nosso dia a dia.

Ontem, hoje, amanhã,
uma construção infini-
ta...

Às vezes a vida é com-
parada a uma estação
Onde o trem para e as
pessoas vão subindo
Em outro ponto muitas
delas desembarcarão
Saindo de nossas vidas
para sempre, sumindo.

Ontem, hoje, amanhã,
uma construção infini-
ta...

Muitos se aproximam e
muitos vão se afastando
Amigos, amores, inimi-
gos, as pessoas queridas



Um tempo de harmo-
nia, outro, porém nem
tanto
Sequência, reforma,
mudança, dialética da
vida.

Ontem, hoje, amanhã,
uma construção infini-
ta...

Vivermos cada dia com
intensidade é importan-
te
Contudo sem que pare-
ça ser o último alvorecer
Precisamos nos pre-
servar para o tempo
adiante
Nossa vida uma efême-
ra duração não deve ter.

Ontem, hoje, amanhã,
uma construção infinita
Sucessão que sempre
nos parece infindável
Porém o ontem constrói
o hoje e este delimita
O nosso amanhã de rea-
lizações, insuperável.

Um dia somos netos,
outro dia seremos filhos
Depois seremos pais,
adiante seremos avós



E nessa sequência a vida
transita em seu trilho
Um dia não vai ter ama-
nhã, vai calar-se a voz.

Ontem, hoje, amanhã,
uma construção já
finita...

E nessa complexa e su-
posta eterna sequência
Sucessão de dias, raízes,
atos, gestos, atitudes
Tenhamos firme no pei-
to, na nossa consciência
É certo em um mo-
mento aproximar-se a
finitude.

Ontem, hoje, amanhã,
uma construção já
finita...

Vemos o passar dos
dias, tempo que não
cessa
Segue, segue rápido
com sua parada indefi-
nida
Os instantes vividos pas-
saram com tanta pressa,
Percebemos ser impor-
tante cada instante da
vida

Ontem, hoje, amanhã,
uma construção já finita
...
Para uns o fim é impos-
sível, a vida é eterna
vitória
Quando sente romper
tão curto laço, tão frágil
fita
Recordará na emoção
a infinitude daquela
história.

Amizade supersônica

Marco Aurélio Panadés
Aranha Jurir-SP

Ai, que João apressado
Que papo rasgado
Que encontro marcado
Que tempo contado

Amizade depressa...
Que coisa é essa?!?
A hora deslancha
Não tem muita canja

Tem mais compromisso
No tempo que voa
E o João não perdoa
Demora ou atraso

Senão cria caso
Pois vai atrasá-lo
Tocando o alarme
Já é muito tarde

Tá cedo, tá tarde
Tá tudo agendado
Tá fogo, tá duro
Não cabe um atraso

O tempo é contado
Segundo a segundo
Só cabe recado
O João é do mundo

A agenda do homem
Já anda cansada
De tamanha ordem
Não tem nem parada

Mas ninguém tem culpa
É prioridade
De não ficar tarde
De não ter desculpa

E um dia, quem para?
E um dia repara
Que o tempo não para
Quando já é tarde

O tempo despede
A amizade aborrece
A esposa se cansa
E a família desmancha

O avião ninguém viu
A festança passou
O palhaço sumiu
E o João não parou

E pra quê tal pernada?
O que ganhou com isso?
Senão o compromisso
Com o tempo e mais nada?



Sol de pimenta avermelhado

Manoel Messias Fernandes de Souza JURIR-SP

Sol de pimenta
avermelhado!

De inexplicável
pensar e sentir

Se, assim, o vejo
assemelhado

Certo, o ardor;
incerto refletir!

Ora, deflui do Céu
em ebulição

Uma "Flor" de
vento estelar!

Mas, é do sempi-
terno coração

Esse "Sol" de ine-
brio ímpar!

Aos olhos, nasce e
se põe

Da Terra, de Leste
para Oeste

Há quem a ele se
propõe

Em "sóis" o tempo
que reste!

Se, do Tempo, a
passagem

É marcada não por
relógio

Isso que alguns já
o fazem

Por superstição ou
refúgio!

Eu, que Sol, em
mim, vejo

De dentro e de
fora do Ser

Que, se, a um lado,
vicejo

A outro, creio, por
vencer!

Sendo Eu maroto
jasmim

Cedo, esbelto, no
jardim

Tarde, quedo, de
irresignação,

A Deus, credito
compaixão!



Vazio

Manoel Messias Fernandes de Souza JURIR-SP

Há um espaço vago
em nosso ser

Propício para guar-
darmos belos mo-
mentos

Por nós vividos ou
por viver.

Como uma branca
folha de papel

Disposta sobre uma
mesa vazia

Espera que uma men-
te fértil

Apossada de uma
caneta ou pincel

Faça dela o que em
si vier.

E o nosso mundo
vazio

Sempre está cheio de
sentimentos

Prestes a transbordar

A todos os momen-
tos.

Basta um pouco de
amor

De vivência e con-
sentimento:

Somos meros vazios

Cheios de
convencimento

Por sermos os
únicos seres

Dotados de
pensamento.



A ela me refiro

Roberta Mariana B. A. Corrêa Jurir-PO

Repleta de sonhos
E plena de si

Em sua melhor versão
Menina em mares de espe-
rança

Adolescente em ares de
shiva

Mulher em ebulição
Obra única

Atrai olhares
Suspiros

Quiçá inveja
Oxalá oração
Filtro?

Só usa por diversão
Pois bem sabe
Que liberdade é premissa
E beleza não tem padrão
A ela me refiro

A ela, minha admiração
À mulher que habita
Em mim
Em ti

Mesmo que escondida
Nos recônditos do coração.
padrão
A ela me refiro

A ela, minha admiração
À mulher que habita
Em mim
Em ti

Mesmo que escondida
Nos recônditos do coração.





PANDEMIA e SAUDADE

Flavio Henrique Brandão Delgado

Minhas camisas sociais
Permanecem atentas.

Mais vasto
É meu coração, diria
Drummond.

FLVO DLGO -
06/V/2020

P.S. Obrigado pelo livro,
pai. (30/XII/1981)

Em breve...

Rogério Spanhe da Silva JURIR-PO

Em breve espero ver
E as pessoas encontrar
Abraço apertado
receber
Sem cuidados prosear

Beijos serão trocados
Mãos cingidas e afagadas
Sorrisos visíveis, iluminados
As diferenças talvez aplainadas

O sofrer reforçando e
repetindo a lição
Sozinhos pouco podemos, verdade histórica
Se impõe a todos tratar como irmão
Que não apenas figura retórica
O todo é mais que a soma de cada fração.



Aproveite cada vantagem de fazer parte da maior associação de **advogados da América Latina!**

PRERROGATIVAS
- Defesa das prerrogativas dos advogados
- De Olho no Fórum

SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS
- Gerenciador de escritório
- Intimações
- Apoio ao peticionamento eletrônico
- Certificado digital

FACILIDADES PARA O DIA A DIA
- Coworking AASP
- Salas dos advogados
- Posto Jucesp
- Posto da Receita Federal

SERVIÇOS DE APOIO PROFISSIONAL
- Jurisprudência
- Centro de mediação
- Núcleo de Suporte Forense
- Cálculos judiciais

APRIMORAMENTO
- Cursos e eventos
- Publicações AASP
- Conteúdos exclusivos
- Notícias e atualizações
- Biblioteca completa

CUIDANDO DE VOCÊ
- Seguro de vida
- Plano de saúde
- Clube de benefícios

www.aasp.org.br

AASP

oab.org.br

A DEMOCRACIA É COMO A VIDA. PRECISA SER PRESERVADA.

Em todos os momentos, a OAB segue ao lado da advocacia. Com respeito às regras sanitárias e protocolos de segurança, continuamos trabalhando durante a pandemia e obtendo conquistas importantes para a categoria. E com coragem, seguimos cumprindo também nosso papel na defesa das instituições democráticas do país. Porque defender a democracia é também preservar a vida.

MAIS CONQUISTAS DA OAB PARA A ADVOCACIA:

- Supremo garante direito do advogado ser recebido por magistrado independentemente de hora marcada
- Congresso derruba veto e reconhece a natureza técnica e singular dos serviços de advocacia
- OAB ingressa com recurso no STF contra decisão que negou acesso de advogados ao Inquérito das Fake News
- Justiça atende OAB e suspende atividades de empresas por exercício ilegal da advocacia

OAB NACIONAL

EQUIPE Advocef

Rotinas administrativas, contábeis, suporte na realização de eventos pelos jurídicos do Brasil e manutenção tecnológica são algumas das atribuições que envolvem o trabalho dos colaboradores da Advocef.

Atualmente, a equipe responsável pelo andamento da Associação é formada por cinco funcionários, que atendem, direta ou indiretamente, as demandas dos mais de 800 associados. Conheça os profissionais:



ANNE KAROLLYNE LEITE

Analista de Secretaria

Graduada em gestão de recursos humanos, atualmente cursa MBA em gestão de projetos. Entre outros pontos é responsável pelas rotinas administrativas como movimentação dos advogados, mensalidades, monitoramento e atualizações cadastrais, arquivos de documentos e controle de agenda. Demandas relativas à secretaria devem ser enviadas para o e-mail secretaria@advocef.org.br



BÁRBARA BRAS GOMES

Analista Financeira

Com formação em administração e ciências contábeis, ela cursa pós-graduação em gestão financeira e controladoria. Responsável pelo rateio de honorários, também atua no gerenciamento de contas bancárias e operacionalização de pagamentos da Advocef e demais rotinas. Assuntos financeiros, como estorno de honorários e custas processuais, por exemplo, devem ser tratados por meio do endereço financeiro@advocef.org.br



JESSICA OLIVEIRA SOUZA

Analista Administrativo

Formada em gestão de recursos humanos, atualmente é acadêmica do curso de direito. Na entidade, trabalha diretamente na organização de eventos como o Ciclo de Palestras e o Congresso da Advocef. Entre outros pontos, é incumbida do envio de correspondências e brindes da instituição aos destinatários. Para falar destas e outras questões relacionadas contate o e-mail advocef@advocef.org.br



MARCIANA ALVES

Assessora de Comunicação Interna

Graduada em comunicação social com ênfase em jornalismo, atua na comunicação interna da Advocef. É responsável pela apuração, produção e edição de notas e notícias para o site e também é faz a atualização das redes sociais da entidade. Sugestões e demandas devem ser enviadas ao e-mail comunicacao@advocef.org.br



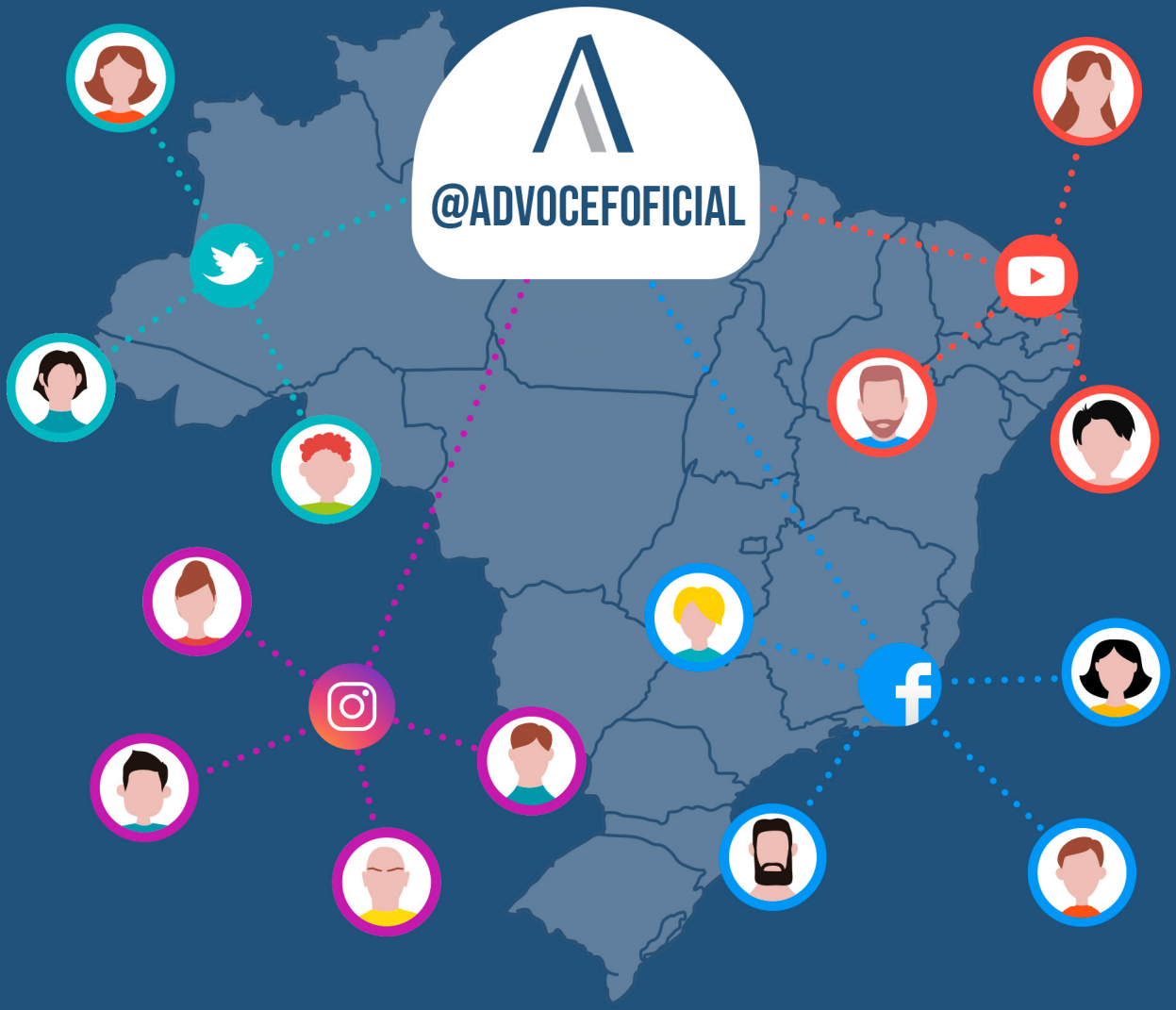
WALISSON GOMES

Analista de T.I.

Pós-graduado em engenharia de software, também possui certificação Scrum Master (CSM). Ele atua na viabilização de novas tecnologias que atendam às demandas dos associados e dos setores internos da Associação. Além disso, fornece suporte aos usuários, faz a gestão de projetos da área de tecnologia (com a fábrica de software) e suporte as áreas internas da associação. Solicitações são atendidas via e-mail informatica@advocef.org.br

Advocef cada vez mais conectada a você

A associação está presente em todas as redes sociais para melhor atender e divulgar o trabalho dos advogados da CAIXA e se aproximar ainda mais de cada associado.



Curta, compartilhe, siga a Advocef nas Redes Sociais e ajude a promover a integração dos advogados no Brasil